



DIÁRIO da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE ABRIL DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários Ex^{mos} Srs João Domingos Fernandes de Abreu Salgado
 José Mário Lemos Damião
 José de Almeida Cesário
 José Ernesto Figueira dos Reis

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da entrada na Mesa da ratificação n.º 16/VI e do inquérito parlamentar n.º 2/VI, de requerimentos e das respostas a alguns outros

O Sr. Presidente enalteceu a figura do Dr. Carlos Assumpção Presidente da Assembleia Legislativa de Macau tendo sido lido o voto n.º 20/VI, de pesar pelo seu falecimento. Os Srs. Deputados Narana Correia (CDS), Almeida Santos (PS), Manuel Sergio (PSN), Octávio Teixeira (PCP), Raul Castro (Indep.), Nuno Delciue (PSD) e Mário Tomé (Indep.) secundaram a declaração do Sr. Presidente, tendo a Câmara guardado um minuto de silêncio pelo ilustre falecido.

A Assembleia deu assentamento à visita de carácter oficial do Sr. Presidente da República, integrado na Regata Colombo entre os dias 25 e 28 do corrente mês.

Em declaração política, o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa (PCP), a propósito das comemorações do 25 de Abril referiu-se a situação social de diversos estratos da população portuguesa.

Também em declaração política, o Sr. Deputado Carlos Coelho (PSD) elogiou a participação portuguesa na Exposição Universal de Sevilha — EXPO 92 e respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Narana Correia (CDS).

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Almeida Santos (PS) criticou o projeto de novo programa do PSD. Respondeu depois a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Silva Marques e Margarida Silva Pereira (PSD) e Manuel Querido (CDS) e deu explicações ao Sr. Deputado Duarte Lima (PSD).

O Sr. Deputado Américo de Sequeira (PSD) falou de carências e projectos da região do Alto Minho.

Ordem do dia. — A Câmara autorizou três deputados a deporem como testemunhas em tribunal.

Procedeu-se à discussão conjunta na generalidade dos projectos de lei n.º 29/VI — Garante a membros das juntas de freguesia em certos casos e condições o exercício do mandato em regime de permanência com vista ao reforço dos meios de actuação dos órgãos da freguesia (PCP) e 66/VI — Regime aplicável ao exercício do mandato dos membros das juntas de freguesia (PS) tendo a requerimento do PSD baseado à comissão respectiva para serem reapreciados. Usaram da palavra a diverso título, os Srs. Deputados Lourenço Hespanhol (PCP), Silva Marques (PSD), Carlos Marta Gonçalves (PSD), Camacho dos Santos (PS), Manuel Querido e Casimiro Lopes (CDS), Júlio Henriques (PS), André Martins (Os Verdes), João Amaral (PCP), Jorge Lacão (PS), Manuel Sergio (PSN), Mário Fome e Raul Castro (Indep.) e Faúlho Anacleto (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 19 horas e 10 minutos

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro Bissaia Barreto.
Álvaro José Martins Viegas.
Américo de Sequeira.
António Barbosa de Melo.
António Barradas Leitão.
António da Silva Bacelar.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes Alves.
António Germano Sá e Abreu.
António Paulo Coelho.
António Santo Pires Afonso.
Aristides Alves Teixeira.
Arlindo da Silva Moreira.
Armando Guerreiro da Cunha.
Arnénio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos de Almeida Coelho.
Carlos Duarte Oliveira.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Lélis.
Carlos Manuel Gonçalves.
Carlos Miguel de Oliveira.
Cecília Pita Catarino.
Cipriano Rodrigues Martins.
Delmar Ramiro Palas.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares Lima.
Duarte Rogério Pacheco.
Eduardo Pereira da Silva.
Elói Franklin Ribeiro.
Fernando Cardoso Ferreira.
Fernando dos Reis Condeesso.
Fernando Gomes Pereira.
Fernando Marques de Andrade.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco Bernardino Silva.
Francisco José Martins.
Guido Orlando Rodrigues.
Hilário Azevedo Marques.
Isilda Maria Pires Martins.
Jaime Gomes Milhomens.
João Alberto Granja Silva.
João Álvaro Poças Santos.
João do Lago Mota.
João Granja da Fonseca.
João José da Silva Maçãs.
João José Pedreira de Matos.
João Salgado.

Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
José Alberto Puig Costa.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José António Peixoto Lima.
José Augusto Silva Marques.
José Borregana Meireles.
José de Almeida Cesário.
José Freitas Costa Leite.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leite Machado.
José Macário Correia.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Gaspar.
José Mário Lemos Daunião.
José Pereira Lopes.
José Reis Leite.
Leonardo Ribeiro de Almeida.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Carrilho da Cunha.
Luís Filipe Paix de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Antero Cunha Pinto.
Manuel Azevedo.
Manuel Baptista Cardoso.
Manuel Casimiro de Almeida.
Manuel Maria Moreira.
Manuel Simões Marques.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria da Conceição Peireira.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Helena Ramos Mourão.
Maria Leonor Beleza.
Maria Lúisa Ferreira.
Maria Manuela Aguiar.
Maria Margarida de Sousa.
Mário Belo Maciel.
Mário de Oliveira Santos.
Melchior Pereira Moreira.
Miguel Bento Macedo e Silva.
Miguel Fernando Relvas.
Nuno Delerue Alvim de Matos.
Olinto da Cruz Ravara.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Rui Fernando da Silva Rio.
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
Simão José Ricon Peres.
Vasco Francisco Miguel.
Virgílio de Carneiro.
Vítor Manuel Igreja Raposo.
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
Alberto Bernandes Costa.
Alberto de Oliveira e Silva.
Alberto de Sousa Martins.
Ana Maria Bettencourt.
António Alves Martinho.
António da Silva Braga.

António de Almeida Santos.
 António Moreira Campos.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Marques Júnior.
 António Oliveira Guterres.
 António Ribeiro Campos.
 António Ribeiro da Silva.
 Armando Martins Vara.
 Carlos Manuel Luís.
 Edite Marreiros Estrela.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damiao.
 Eurico José de Figueiredo.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Fernando Pereira Marques.
 Guilherme de Oliveira Martins.
 Helena Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Maria Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Joel Eduardo Hasse Ferreira.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Apolinário Portada.
 José Eduardo Cruz Jardim.
 José Ernesto dos Reis.
 José Manuel da Silva Lemos.
 José Sócrates de Sousa.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Castro Dias.
 Leonor Coutinho Santos.
 Luís Capoulas Santos.
 Luís Filipe Madeira.
 Manuel Alegre Melo Duarte.
 Maria Julieta Sampaio.
 Maria Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Videira Lopes.
 Raul Fernando Costa Brito.
 Raúl Pimenta Rêgo.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Machado Ávila.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Gaião Rodrigues.
 Apolónia Maria Teixeira.
 Carlos Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 José Manuel Maia.
 Lino Marques de Carvalho.
 Maria de Lourdes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Rodrigues
 Octávio Augusto Teixeira.
 Vítor Manuel Ranita.

Centro Democrático Social (CDS):

Casimiro da Silva Tavares.
 Manuel Rodrigues Queiró.
 Narana Sinai Coissôr.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

Deputados independentes:

Mário Baptista Tomé.
 Raul de Moraes e Castro.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa, dos requerimentos e da resposta a outros.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: ratificação n.º 16/VI — Decreto-Lei n.º 54/92, de 11 de Abril, que estabelece o regime de taxas moderadoras para o acesso aos serviços de urgência, às consultas e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica em regime de ambulatório, bem como as suas isenções (PCP), que baixou à 9.ª Comissão, e inquérito parlamentar n.º 2/VI — Destina-se a apreciar os actos do Governo no domínio da política cultural e, em especial, as medidas tomadas no âmbito da reestruturação dos organismos dependentes da Secretaria de Estado da Cultura.

Nas últimas reuniões plenárias foram apresentados à Mesa os seguintes requerimentos: ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelos Srs. Deputados Mário Maciel e Rui Ávila; ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados João Rui de Almeida, António Filipe e Luís Peixoto; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados José Apolinário, Guilherme Oliveira Martins, António Braga, Luís Peixoto, Mário Tomé, Miguel Urbano Rodrigues, Cerqueira de Oliveira e Luís Filipe Madeira; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulados pelos Srs. Deputados Rui Vieira e Manuel Sérgio; ao Ministério do Mar, formulados pelos Srs. Deputados Joel Hasse Ferreira, António Vairinhos e Vítor Ranita; aos Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, formulados pela Sr.ª Deputada Lourdes Hespanhol; à Secretaria de Estado da Cultura, formulados pelos Srs. Deputados Manuel Filipe e Lino de Carvalho; ao Ministério da Justiça, formulados pelos Srs. Deputados Raul Castro, António Martinho e José Vera Jardim; ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs. Deputados António Filipe, Mário Tomé, Luís Filipe Madeira, José Apolinário e Fernando de Sousa; ao Ministério da Indústria e Energia, formulado pelo Sr. Deputado Mário Tomé; ao Ministério da Administração Interna, formulados pelos Srs. Deputados Maria Celeste Correia, António José Seguro, António Vairinhos e Lino de Carvalho; ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, formulados pelos Srs. Deputados João Rui de Almeida e José Apolinário; ao Ministério do Comércio e Turismo, formulado pelo Sr. Deputado Vítor Ranita; ao Instituto Nacional de Estatística, formulado pelo Sr. Deputado Cerqueira de Oliveira; ao Ministério da Agricultura, formulado pelo Sr. Deputado Marques da Silva; à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, formulado pelo Sr. Deputado Mário Tomé.

Entretanto, o Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Luís Sá, nas sessões de 7 e 21, 12 e 25 de Fevereiro; João Proença; na sessão de 11 de Novembro; Jorge Pauló Cunha, na sessão de 21 de Novembro; Mário Tomé, nas sessões de 6 de Dezembro e 7 de Janeiro; João-Rui de Almeida, na sessão de 6 de Dezembro; Rui Cunha, na sessão de 13 de Dezembro; António Filipe, nas sessões de 7 e 17 de Janeiro; Macário Correia, nas sessões de 7, 14 e 30 de Janeiro; Jorge Paulo Cunha, na sessão de 7 de Janeiro; José Apolinário, nas sessões de 9 de Janeiro e 12 de Março; António Braga, na sessão de 9 de Janeiro; João Amaral, na sessão de 14 de Janeiro; Agostinho Lopes, nas sessões de 23 e 30 de Janeiro e 11 de Fevereiro; Cerqueira de Oliveira, na sessão de 24 de Janeiro; António Sá e Abreu, Marques Júnior e Leonor Coutinho, na sessão de 30 de Janeiro; Guilherme Oliveira Martins, na sessão de 4 de Fevereiro; Isilda Martins e Helena Torres Marques, na sessão de 11 de Fevereiro; Almeida Cesário, João Corregedor da Fonseca e Luís Fazenda, na sessão de 13 de Fevereiro; Cardoso Martins, na sessão de 27 de Fevereiro; José Magalhães e Manuel Alegre, na sessão de 5 de Março; Marques Júnior, na sessão de 6 de Março; José Mário Gaspar, Rui Ávila, Jerónimo de Sousa e Luís Nobre, na sessão de 6 de Março; João Poças Santos e Apolónia Teixeira, na sessão de 17 de Março.

O Sr. Presidente: — Como é do conhecimento de todos, o Sr. Dr. Carlos Augusto Paes Assumpção, Presidente da Assembleia Legislativa de Macau, faleceu na madrugada de ontem num hospital de Hong-Kong.

Na sua vida pessoal e pública, Carlos Assumpção deu corpo e animou o encontro e cruzamento das religiões e culturas superiores que, desde o século XVI, vivem e se afirmam no território de Macau. Como aluno brilhantíssimo da Faculdade de Direito de Coimbra, como jurisconsulto e advogado prestigiadíssimo, como fundador, em 1975, da Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (ADIM), representada por um Deputado na Assembleia Constituinte, como político e parlamentar insigne, Carlos Assumpção soube ser, em si e na convivência com os outros, uma expressão viva desse Portugal fronteiriço e convívente que levâmos aos quatro cantos do Mundo. Na definição e implementação prática da Região Administrativa Especial — destinada a fazer perdurar, para além de 1999, o encontro da cultura lusíada e da cultura chinesa de que a história de Macau é exemplo — talvez esteja a obra que melhor e mais destacadamente marcará a sua vida pública.

Morreu, numa palavra, um incansável obreiro da lusitanidade no Oriente e uma presença viva do Oriente no Mundo Português.

Em nome da Assembleia da República, apresento à Assembleia Legislativa de Macau e à família de Carlos Assumpção as nossas mais sentidas condolências.

Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do CDS apresentou na Mesa um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Carlos Assumpção, que refere o seguinte:

Faleceu ontem de madrugada o Dr. Carlos Augusto Paes Assumpção, Presidente da Assembleia Legislativa de Macau.

Português ilustre, jurista e político de invulgar capacidade, dedicou toda a sua vida e o seu grande saber ao seu país e, particularmente, ao seu território natal de Macau.

Com a sua morte Portugal e Macau sofrem a perda de uma personalidade ímpar, que marcou indelevelmente a sua história recente.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária em 21 de Abril de 1992, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. Carlos Assumpção e endereça a todos os seus familiares sentidas condolências.

Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois das palavras de V. Ex.^a, creio que não é de manter o nosso voto. Digo isto porque, no exórdio que fez, o Sr. Presidente consubstanciou o sentir unânime de toda a Câmara, pelo que não faz sentido que haja outro voto.

Dizer o que quer que seja à mais do que V. Ex.^a já disse sobre o Dr. Carlos Paes de Assumpção é pouco!

Foi uma figura que desde sempre conhecemos, tendo sido sempre o primeiro entre os seus pares: foi o primeiro aluno do seu curso, presidente da Associação Académica de Coimbra, primeiro advogado no sentido do mais ilustre da sua terra, primeiro presidente da Assembleia Legislativa de Macau e obreiro do Estatuto de Macau.

Quando tudo havia a esperar, principalmente nesta fase difícil de transição, Carlos Paes de Assumpção deixava-nos órfãos do seu saber e da sua grande experiência. Levará tempo para que o vazio que ele deixa em Macau e no País seja outra vez preenchido com a mesma riqueza da sua personalidade.

Esperemos que Deus lhe dê guarda e paz à sua alma!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tive o privilégio de, em 1951-1952, ser colega do Dr. Carlos Assumpção no curso complementar de ciências jurídicas da Universidade de Coimbra.

Depois disso, ou seja, quando a Relação de Lourenço Marques passou a ser a Relação de Macau, tive ainda o privilégio de com ele cooperar profissionalmente. Por isso, estabeleceram-se entre nós laços de grande amizade. No decurso dos nossos contactos justificou-se, pois, uma profunda admiração por aquele meu querido amigo e colega.

Era uma personalidade rara, um brilhantíssimo jurista, um grande advogado e, sobretudo, uma pessoa extraordinariamente rica, porque dotada de um nobre carácter. Era um verdadeiro exemplo para todos aqueles que gostam de ser humanamente perfeitos!

A vida em Macau passava pelo Dr. Carlos Assumpção, que reunia a sabedoria milenar chinesa e a rationalidade ocidental. Desta fusão nasceu um sage, um homem sábio, um homem de bom aviso, um homem de bom conselho. É aquilo que manteve Macau como um território de exceção deve-se, em grande parte, ao seu próprio equilíbrio e à sua própria sabedoria.

Macau e todo o nosso país fica mais pobre! Eu próprio não imagino Macau sem a sua presença, a sua serenidade e sabedoria!

Creio que a melhor homenagem que podemos prestar-lhe é a de termos merecido a honra de o termos tido entre nós e, como é o meu caso, de ter podido usufruir do privilégio de conhecer uma personalidade tão excepcional, tão rica, tão ímpar, que, na verdade, me não custa, de todo em todo, em muitos aspectos ter por modelo.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, apenas para referir que acompanho na letra e no espírito tudo aquilo que aqui já foi dito acerca do falecimento do Dr. Carlos Assumpção.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Associo-me às palavras já aqui proferidas por outros colegas e pelo Sr. Presidente e, em nome do meu grupo parlamentar, manifesto o meu pesar pelo falecimento do Dr. Carlos Assumpção, homem que nos habituámos a respeitar, designadamente pela contribuição que deu para que o processo de transição de Macau se processasse nas melhores condições e para que fosse garantida a estabilidade daquele território.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Embora não tenha conhecido pessoalmente o Dr. Carlos Assumpção, ouvi as referências que aqui lhe foram feitas por aqueles que tiveram o prazer e a ocasião de com ele contactar pessoalmente.

Independentemente desse contacto pessoal que não tive, em meu nome pessoal e da ID gostaria de associar-me ao voto de pesar e às palavras de homenagem que aqui foram proferidas ao homem que foi Presidente da Assembleia Legislativa de Macau e à sua actuação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Delerue.

O Sr. Nuno Delerue (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Associo-me inteiramente às manifestações de pesar que aqui foram feitas pelo falecimento do Dr. Carlos Assumpção.

Na minha curta estada em Macau tive o prazer de o conhecer e de ter com ele um relacionamento excelente. Aliás, o Dr. Carlos Assumpção tinha essa grande facilidade de criar amigos e de perceber que os portugueses que chegavam a aquele território mereciam o seu conselho e o seu apoio.

Tal como já aqui disse o Sr. Deputado Almeida Santos, creio que é muito difícil imaginar Macau sem a sua sabedoria, sem o seu equilíbrio, sem a sua sobriedade e serenidade. Se é verdade que não há homens insubstituíveis, também é verdade que o Dr. Carlos Assumpção é um homem difficilmente substituível!

Penso que todos nós, portugueses, lhe devemos a sua função de gerador de consensos, de equilíbrios, por vezes bem difíceis. Ele era o português mais chinês que conheci e o chinês mais português que existia; era um homem de fino trato, grande conselheiro de todas as administrações que chegavam ao território, homem profundamente respeitado por toda a comunidade de portugueses e de chineses. O Dr. Carlos Assumpção personificava aquilo que Macau é, pelo que a sua perda é difficilmente compensável!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria apenas associar-me ao pesar expresso por esta Assembleia e, especialmente, às palavras de V. Ex.^a, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, pedia um minuto de silêncio em homenagem ao ilustre português assim desaparecido.

A Câmara guardou de pé um minuto de silêncio.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura de um parecer e proposta de resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação.

O Sr. Secretário (João Salgado): — A Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, tendo apreciado a mensagem de S. Ex.^a o Presidente da República, em que solicita o assentimento para se deslocar, em visita de carácter oficial, na Regata Colombo na etapa Lisboa-Cádis, entre os dias 25 e 28 do corrente mês, apresenta ao Plenário a seguinte proposta de resolução:

Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º da Constituição, a Assembleia da República dá o assentimento à visita de carácter oficial, na Regata Colombo na etapa Lisboa-Cádis, entre os dias 25 e 28 do corrente mês.

O Sr. Presidente: — Está em discussão.

Não havendo inscrições, vamos votar o parecer e proposta de resolução.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Srs. Deputados, entramos agora no segundo ponto do período de antes da ordem do dia, que diz respeito a declarações políticas.

Para fazer uma declaração política, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Assembleia da República e o seu Plenário não realiza este ano o convívio de véspera nem a sessão de homenagem à Revolução de Abril.

Este ano as comemorações do 25 de Abril coincidem com as comemorações daquele encontro de culturas que de há 500 anos até hoje marcou tão poderosamente a evolução da sociedade humana. Trata-se de uma coincidência interessante, justa e significativa. Mas, comemorando Abril, não poderemos nunca esquecer um outro encontro: o encontro com o quotidiano dos portugueses e portuguesas, com as suas aspirações de justiça, de liberdade. É o que procuraremos fazer com esta intervenção.

Porque temos dele uma visão de futuro, porque foi Abril que arejou esta Casa através de eleições democráticas e acolheu a pluralidade, o protagonismo dos partidos políticos, o confronto livre de ideias e projectos, é justo lembrá-lo e saudá-lo nesta sede como acto mais profundo, mais moderno e realizador da nossa história contemporânea.

Profundo, porque fez a ruptura com um estado de coisas insustentável; moderno e realizador, porque comportava um projecto de liberdade e justiça social, valores que em si mesmos continuam a estar colocados na ordem do dia, já que com eles se identificam e por eles lutam a maioria dos trabalhadores e do povo português.

A estrela polar do acto dos generosos Capitães de Abril foi a retoma da liberdade, que, pelo seu valor intrínseco, é coisa bastante. Abril foi isso mas também mais do que isso: ele é portador de um projecto de justiça social que dava uma dimensão mais vasta e avançada a essa mesma liberdade conquistada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Lembro, a propósito, que faz hoje anos que ali, ao fundo da Avenida D. Carlos, na Calçada de Santos, no sindicato vigiado pela polícia política, um grupo de jovens sindicalistas policopiava comunicados que haveriam de chegar às empresas e aos bairros, apelando à participação no 1.º de Maio proibido. Reclamavam então salários dignos e mais direitos sociais. Venciam o medo! Sabiam da vigilância repressiva, do risco de despedimento quando regressassem à empresa, mas animava-os uma vontade inquebrantável de corresponder às aspirações e às reivindicações das classes trabalhadoras.

Até que veio Abril, que veio permitir um Maio maior do que eles próprios julgavam. Todos os partidos políticos existentes e os que se constituíram, que hoje estão aqui representados no Hemiciclo, sentiram na altura a necessidade de serem portadores de reivindicações concretas no domínio dos direitos sociais ao nível do trabalho, da habitação, da saúde e da educação.

Abril faz agora 18 anos! O tempo decorrido não mudou a justeza destes grandes objectivos de justiça social. Algumas forças políticas é que mudaram no sentido do retrocesso.

Retrocesso quando, em muitas empresas do sector têxtil, das indústrias de defesa, da metalomecânica, dos transportes, da função pública, dos aduaneiros, em nome das novas tecnologias e das reestruturações, estão em curso processos que visam a liquidação de milhares de postos de trabalho efectivos, com base em leis contrárias à matriz constitucional do direito à segurança no emprego, pondo à frente o economicismo em desfavor do homem social; retrocesso quando se acentua o défice e as carências de habitação que incidem particularmente sobre os jovens e famílias de menores recursos.

Exemplo de retrocesso flagrante e actual quis o Governo dar esta semana ao instituir o pagamento das famigeradas taxas moderadoras nos centros de saúde, urgências e hospitais, no seguimento de medidas que aumentaram os encargos dos cidadãos na aquisição de medicamentos.

É chocante invocar critérios e objectivos de maior justiça social com a aplicação destas medidas. A verdade é que antes da recente imposição das taxas os serviços eram gratuitos, tanto para quem ganhava 45 como para quem ganhava 500 contos por mês e, a partir de agora, estabelecida a «justiça social» do PSD, quem ganha 45 contos passou a pagar o mesmo do que aqueles que ganham 500 contos ou mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma política que visa a restauração do privilégio e das grandes fortunas não pode dar seguimento harmonioso a uma política de justiça social e de progresso. Não é, pois, Abril que está ultrapassado nem os seus valores, transformações e realizações deixam

de ter sentido na época que vivemos. Antes, errada, injusta e requestionada é a política que faz ressurgir valores, realidades e protagonistas que fizeram escola e atrasaram o desenvolvimento da nossa pátria durante décadas e décadas até antes de 25 de Abril de 74.

Sob o manto diáfano dos adjetivos da «modernidade, do menos Estado, da libertação da sociedade civil, da mobilidade, da flexibilização, da competitividade e — repare-se — até da democracia», arrancaram Abril e substituíram-no por coutadas nas terras postas a produzir no Alentejo e Ribatejo; querem banir-lo de muitas empresas onde se escondem crianças a trabalhar e se proíbe o exercício das próprias liberdades e dos direitos que a Constituição consagra, executando o «Pacote laboral»; silenciaram-no nos livros escolares, sonegando aos jovens o conhecimento do projecto exaltante de que era portador, discriminaram militares que o fizeram, avançando já em tribunal para o enxovalho de algumas das suas principais figuras, numa espécie de ajuste de contas com esse acto libertador.

E, no entanto, a p. 3404 do *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de Abril de 1992 — ou seja, na semana passada —, o Governo atribui pensões a ex-inspectores da PIDE/DGS por, e cito, «serviços excepcionais e relevantes prestados ao País»!

No tenebroso processo das privatizações vêm à tona os ex-monopolistas que arrecadam a preço de saldo o melhor património empresarial do Estado e ameaçando já, como fez recentemente António Champallimaud, com despedimentos sumários ao mesmo tempo que ridicularizava ministros perante as câmaras de televisão. Engana-se!

Enganam-se aqueles que foram as eminentes pardas e principais beneficiários do regime opressivo que enegreceu a nossa história e atrasou por meio século o devenir colectivo do nosso povo e que pensam ser possível instaurar em Portugal a velha ordem repressiva e passadista desses tempos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Se alguém deve alguma coisa a alguém são os ex-monopolistas que bem pouco pagaram pelo mal que fizeram ao povo português!

Mas esta arrogância, estes sinais de vindicta não são uma simples manifestação de arteriosclerose rabujenta e intolerante, têm caldo de cultura numa política avessa a esse Abril que queremos e havémos de comemorar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos a exacta dimensão do processo destrutivo a que estão sujeitas as transformações de Abril. Mais, 18 anos dobrados, os seus ideais e os seus valores, assumindo embora formas novas e diversificadas, continuam a estar vivos.

Vivo e renovado, quando milhares de jovens lutam contra a PGA e a elitização do ensino, quando se manifestam e — eles próprios — dinamizam acções solidárias com o povo de Timor Leste; também, quando milhares de agricultores reclamam o seu direito de produzir e escoar a preços justos o resultado do seu trabalho e das suas colheitas.

Sob forma diferente mas igualmente renovada, quando sectores não tradicionais, como os júizes, os professores, os enfermeiros, os polícias, lutam pela dignificação das suas carreiras. Renovado e actual quando milhares de reformados e pensionistas, apesar de viverem o último quartel de vida, exigem na rua pensões e reformas mais dignas.

Renovado e vigoroso ante os esforços, determinação e luta dos trabalhadores por salários mais justos, pela redução dos horários de trabalho e pela defesa dos seus direitos individuais e colectivos.

Renovado pela acção convergente de homens e mulheres da cultura portuguesa em luta contra o regresso de medidas obscurantistas e anticulturais. Realizador, criativo e renovado face à obra de milhares de eleitos no poder local democrático ao serviço das populações.

Em todas estas reclamações, estes anseios, estas reivindicações e lutas há o traço indelével dos valores de Abril. Fosse só por isto e ele teria valido a pena.

E, apesar de excepcionalmente o Plenário não comemorar o décimo oitavo ano da revolução libertadora, é bom saber que, ali ao fundo da Avenida, outros sindicalistas, ameaçados de despedimento lá na INDEP, na MAGUE, na SOREFAME, na COMETNA ou na UTIC, escreveram e policopiam os manifestos que hão-de mobilizar os trabalhadores para as Jornadas de Abril e Maio, que hão-de encher a Avenida da Liberdade e a Alameda.

Temos a convicção de que haverá sempre alguém que prossiga Abril!

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgo poder dizer que é nossa obrigação como Deputados valorizar e dignificar as figuras através das quais exercemos, nesta Casa, as nossas responsabilidades. Recusarei, assim, aproveitar esta declaração política para responder a insultos e excessos verbais com que recentemente alguns têm enriquecido a antologia do disparate.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quero chamar a atenção da Câmara para algo que, na nossa opinião, deve constituir motivo de fundada satisfação para todos nós. Ontem foi inaugurada a Exposição Internacional de Sevilha — a EXPO 92, a maior exposição de sempre, pois abrange mais de 110 países e muitas dezenas de organizações internacionais, prevendo-se uma afluência de cerca de 15 milhões de visitantes durante seis meses.

Nesta exposição Portugal está presente e marca a sua presença com dignidade assinalável e acentuado cunho cultural.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sabemos que Espanha investiu nesta grande exposição a projecção mediática de uma grande potência mundial. E, neste quadro, Portugal soube estar presente, consciente do seu papel e das suas responsabilidades no processo dos descobrimentos.

Sevilha, neste contexto, constitui de facto uma oportunidade única, que não deveríamos perder, de valorizar os descobrimentos portugueses, vincar a nossa epopeia e afirmar a língua de Caudès.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com fundada satisfação que constatámos que Portugal não se

atrasou na preparação desta presença: fomos o primeiro país a aderir à exposição, o primeiro a assinar a cedência de terreno e a assinar o acordo para a instalação do pavilhão.

A presença do pavilhão português é marcante não apenas, nem sobretudo, pela privilegiada localização que o favorece, mas, desde logo, pelas linhas arrojadas e atrevidas da sua arquitectura.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Um projecto português construído com tecnologia portuguesa; um projecto elogiado por muitos e referenciado por todos e que na crítica especializada, publicada na imprensa do país anfitrião, é colocado entre os 10 melhores de todo o mundo, dentro dos quais apenas quatro são europeus: Portugal, Espanha, França e Reino Unido.

Fundada satisfação pela decisão de, no quadro da exposição, se ter recuperado e beneficiado o Consulado-Geral, imóvel de grande valor histórico no centro da cidade de Sevilha, que funcionará como espaço complementar ao pavilhão português e que perdurará muito para além da exposição.

Fundada satisfação, também, pelo arrojado programa cultural que envolve mais de 70 iniciativas durante os seis meses de certame, facto que torna Portugal, com natural excepção da Espanha, o país com mais iniciativas durante a EXPO 92: Rui Veloso, o coro, orquestra e *ballet* da Gulbenkian, o grande festival de música afro-luso-brasileira, o desfile quase interminável de valores da cultura portuguesa (da música, dança, teatro, cinema, artes plásticas), a participação significativa de jovens na embaixada da juventude portuguesa, entre muitas outras.

Ainda hoje, às 13 horas 30 minutos, foi aberta a exposição de jovens revelações na escultura, um dos programas em que Portugal mais se empenhou no quadro da Europa Comunitária. Conjuntamente com mais 11 jovens escultores dos 12 países da Comunidade, o português Rui Chaves exibe durante toda a EXPO 92 uma das suas últimas criações.

O investimento desta presença portuguesa não dependeu exclusivamente do Orçamento do Estado. É, pois, de sublinhar e de aplaudir a participação da sociedade civil. Os mecenatos contribuíram com mais de meio milhão de contos num esforço louvável que representa a associação de muitas entidades, organizações e empresas a este esforço nacional.

Das quatro linhas temáticas que presidiram à organização da exposição portuguesa, projectando a história da evolução de Portugal — na ciência, na cultura, na tecnologia e na história —, são de sublinhar as que têm a ver com a língua portuguesa e com a cooperação, na linha do relacionamento com povos e culturas diferentes desde os descobrimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Particularmente significativo é o facto de a organização da EXPO 92 ter aceite eleger 10 de Junho como dia da língua portuguesa e acolher um conjunto de iniciativas comuns a todos os países lusófonos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ainda ontem, na sequência do empenho com que a delegação portuguesa colaborou na instalação dos pavilhões dos países africanos de língua oficial portuguesa, no momento seguinte à inauguração do pavilhão

português, um grupo de músicos de Cabo Verde, acompanhados por membros do respectivo governo e do seu embaixador, num gesto espontâneo e imprevisto, foi cantar mornas numa expressão de solidariedade que deu um toque muito especial à nossa festa de inauguração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: EXPO 92, em Sevilha, com uma boa presença portuguesa e EXPO 98, em Portugal, são oportunidades que não devemos perder para fazer do Sul da Europa o centro do diálogo Norte-Sul e o ponto de encontro de povos e de culturas diferentes dentro da Europa e no mundo.

O *know-how* que Portugal adquiriu e as provas que deu, quer na participação na EXPO 92 quer na exposição de Génova, reforçam a credibilidade internacional do nosso país e justificam que externamente se concretize a atribuição a Portugal da organização da EXPO 98!

Para todos nós seria seguramente importante que o grande acontecimento do final do século ocorresse em Portugal.

De parabéns estão já todos os que, no Governo e no comissariado da exposição, trabalharam para este sucessor: Couto dos Santos, Graça Moura e muitos outros de diversos partidos souberam ajudar à projecção externa de uma nação capaz de se afirmar com dignidade e elevação.

Aplausos do PSD.

Oxalá este trabalho possa ter consequência, no nosso país, daqui a seis anos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Coelho, agradeço a adenda que fez ao guia turístico da EXPO 92 que, oportunamente, foi distribuído pelo Comissariado dos Descobrimentos de Sevilha.

Pensávamos que não era necessário, já que há uma publicação de luxo, em que se assinalam as horas, os dias, de tudo quanto vai fazer-se na EXPO 92. Mas, foi bom repetir, aqui, de viva voz, o que temos lido nos jornais, diários, semanários e nas brochuras que generosamente têm sido distribuídos ao País.

Mas o problema fundamental da EXPO 92 não é aquele que V. Ex.^a referiu:

Em primeiro lugar, foi deselegante, da sua parte, atribuir os louros da exposição — que, sem dúvida os merecem — apenas a duas pessoas, em vez de o fazer para todos os portugueses que trabalharam para o sucesso do pavilhão português: os portugueses anónimos, os trabalhadores, os arquitectos, isto é, todos aqueles que hoje foram esquecidos na sua alocução.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, V. Ex.^a não se referiu à falta de infra-estruturas para absorver a onda de turismo que a EXPO 92 vai gerar e que Portugal, principalmente a região do Algarve, se mostra incapaz de absorver.

Era isso que V. Ex.^a devia dizer, isto é, as razões pelas quais não somos capazes de aproveitar esta manifestação universal para potenciar um turismo de grande qualidade em Portugal! É isso que falta, mas essa razão, não foi aduzida pelo Sr. Deputado do PSD.

Dé qualquer modo, também damos os parabéns a todos, aqueles que lutaram para o sucesso desta manifestação cultural, e queremos que seja grande, já que não é o governo do PSD que está representado em Sevilha mas o povo português.

Aplausos do CDS e do PSD.

Por isso, queremos homenagear este povo que está a dar uma grande demonstração da sua cultura na EXPO 92.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Os «amigos» só tomam a palavra para dizer mal!... Quando encontram algo de positivo, caluniam!...

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o deseja, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Narana Coissoró, muito obrigado pelas questões que me colocou.

Em primeiro lugar, quero dizer-lhe que tenho sempre muito prazer em contribuir para a informação do Sr. Deputado Narana Coissoró. Portanto, à parte da minha intervenção que, nas suas palavras, funcionou como complemento à informação que já tinha, demonstra que bastaria essa razão para não dar por perdida a intervenção que efectuei na tribuna.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Ele merece! É muito mal informado!

O Orador: — Em segundo lugar, quero pedir desculpa aos restantes Srs. Deputados por repetir uma das últimas afirmações que fiz na minha curta intervenção.

Quando elogiei o Sr. Ministro Couto dos Santos, que foi o ministro responsável pela tutela da Comissão dos Descobrimentos e, naturalmente, o comissário Dr. Vasco Graça Moura, assim como todos os outros — muitos outros, referi eu — de diversos partidos, que souberam ajudar à projecção de Portugal neste certame internacional, sublinhei o carácter interpartidário do esforço nacional que conduziu ao sucesso da presença portuguesa na EXPO 92.

Sr. Deputado Narana Coissoró, em terceiro lugar e último, quero dizer-lhe que todos teremos nós próximos seis meses, com eerteza, oportunidade para avaliar o sucesso ou o insucesso deste nosso empreendimento. Aliás, na próxima semana uma delegação qualificada de Deputados da Assembleia da República terá ocasião para *in loco* visitar o pavilhão português e a sua inserção na EXPO 92, em Sevilha.

Agora o que é indiscutível é que a nossa presença temido um assinalável sucesso. Penso que faria sentido que a Assembleia da República, como órgão de soberania e com as responsabilidades particulares que tem, assinalasse exactamente isso mesmo.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Creio que se a inauguração da EXPO 92, sob o ponto de vista da afirmação portuguesa, se tivesse saldado por um insucesso assinalável, isto é, se o pavilhão português fosse um fiasco, tivéssemos a imprensa internacional a dizer o pior da afirmação dos portugueses.

e de Portugal, não faltariam aqui hoje declarações polémicas dos partidos da oposição a responsabilizar o Governo pelo insucesso desse facto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Assim, congratulo-me pela circunstância de apenas V. Ex.^o, Sr. Deputado Narana Coissoró, se ter sentido um pouco incomodado com a minha intervenção e principalmente porque, segundo as suas palavras, aparentemente não soubemos na área do Algarve dar total resposta à afluência turística, o que, aliás, também não corresponde aos dados que posso neste momento.

Penso que isso é um bom sinal para todos nós.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Srs. Deputados do PSD, sou devoto agnóstico da imitação de Cristo. E porque a quadra pascal, com o seu convite à meditação, me induziu a imitá-lo também na aceitação espontânea de alguns sacrifícios, entreguei a César o que era de César, pagando os meus impostos e assumi o sacrifício de ler o projecto do novo programa do vosso partido.

Fiquei a conhecer o programa e passei a desconhecer o partido.

Risos do PS.

Mas tiro-vos o meu chapéu. Sois, de facto, consumados artistas na conciliação dos contrários. Número de alto trapézio este novo projecto da vossa magna carta!...

Está lá tudo, o que bem pode acarretar o risco de lá não estar rigorosamente nada. De braço dado, o liberalismo e a social-democracia; a social-democracia e a recusa de todos os socialismos, sem exclusão do socialismo democrático que não é senão outra maneira de dizer social-democracia; a repetida afirmação da solidariedade e a salvaguarda de todos os egoísmos ligados à exaltação da concorrência e do mercado; o direito à igualdade de oportunidades (o que resta, afinal, da vossa ética igualitária) e o direito à diferença sem qualificativo, ou seja, toda ela; o nacionalismo personalista e o desafio europeu.

Em resumo: Sá Carneiro e Cavaco Silva.

Como comprehendo as tensões internas que se diz existirem no seio do vosso próprio partido! De facto, não há-de ser fácil, a quem sinceramente se reclame da herança de Sá Carneiro e dos valores da social-democracia, digerir esta caldeirada de todo o peixe, este supermercado de contradições, este vazio de ideias portadoras de um concreto futuro.

Era conhecida a vossa prática neoliberal, mas admitia-se que isso não passasse de má transposição de princípios não negados. Agora fica tudo claro: à própria recusa do liberalismo clássico traz, implícita, a aceitação do liberalismo-outro. E quando repudiais a sobrevalorização da eficiácia, a confiança cega no mercado e a gestão tecnocrática da vida social, tudo isso responde à figura de retórica desculpabilizante. Quando, enfim, defendeis formas descentralizadas e participadas de exercício do poder; perfilhais preocupações de combate às assimetrias regionais e às discriminações individuais; defendeis novos direitos, mesmo sem integral respeito pelos velhos; dizeis

distinguir crescimento e desenvolvimento; perfilhais a dignificação do trabalho e do trabalhador; jurais respeito pelo direito das futuras gerações à recepção de um planeta em bom estado, apetece dizer «muito bem» e perguntar: porque não praticais?

Risos do PSD.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Olha quem fala?!... Que fariseu!...

O Orador: — Decerto por sortilégio da quadra que finda, ao ver-vos tão predispostos à aceitação de princípios e valores que recuperaram a negação de Cristo, irresistivelmente recordei a ameaça do grande inquisidor, na versão dostoiwskiana de um ficto readvento de Cristo: «ou te vais embora ou te matauas outra vez». Silenciosamente, ele foi.

É sintomático de um pensamento à deriva a exiguidade do capítulo sobre o «desafio europeu».

Que pensareis sobre o espaço social europeu? O quê sobre a exigência da solidariedade para assegurar a cada um a sua oportunidade? O quê sobre a coesão económica e social? O quê sobre o princípio da subsidiariedade e as transferências de soberania? O quê sobre o «escândalo» de uma produção agrícola que excede cada vez mais o consumo e co-habita com manchas crescentes de fome no mundo? Nessa perspectiva, que futuro para o espaço rural? Que nova ética do desenvolvimento para salvaguarda do capital ecológico que — no dizer de alguém — pedimos emprestado às gerações futuras? Que Europa, afinal? A das pátrias ou a dos cidadãos? Na base de uma organização federativa, confederativa, meramente associativa? Que reforma institucional? Que modelo, enfim, de sociedade europeia? O silêncio é a vossa resposta.

Hesito entre acusar-vos de não saberdes o que quereis e de nos governardes com reserva mental. Deixo à vossa escolha a acusação.

Bem vistas as coisas, admiro-me de quê? Se portas adentro da casa lusitana o Governo nos deixa à deriva sobre o nosso futuro colectivo; faz silêncio sobre os horizontes do nosso sector produtivo e do nosso meio rural; assiste impassível à agonia do interior do País e à desertificação do Alentejo; situa a apologia da descentralização e da participação apenas ao nível do discurso; se a coesão social é internamente um mito e a solidariedade uma proclamação, a que propósito iam os nossos governantes ter lá fora as ideias que lhes faltam cá dentro, ou defender no contexto europeu valores e medidas que no contexto nacional não perfilham nem praticam?

Discursos são discursos, programas são programas. A realidade é outra coisa. É mentir aos contribuintes, a quem se prometeu o *statu quo* fiscal e a quem sem embargo se escalpelizou com a prematura aplicação do IVA aos produtos de primeira necessidade. É aligeirar o preço dos automóveis de luxo e sobrecarregar o preço dos utilitários para além dos limites impostos pela comunidade.

É aplicar taxas moderadoras do consumo de cuidados de saúde e propinas ao consumo de serviços universitários sem contemplação dos níveis de rendimento dos respectivos utentes. É maquiar às autarquias 53 milhões de contos de receitas garantidas por lei e deixá-las sem meios para mandarem tocar um cego, enquanto que o Governo — gestor do tal Estado que nunca mais vai ao Dr. Tallon — acumula incios bastantes para pôr a tocar todas as orquestras sinfónicas do mundo! É dever à democracia o

que é da democracia e acusar de «traidores e de porcos» os que se reclamam da cobrança da dívida. É entoar hosanas ao Estado de direito e «anunciar» o Tribunal Constitucional de que, se vier a julgar inconstitucional o último Orçamento, há que mudar, não de Orçamento, mas de Constituição. É lançar o pânico da inactividade e da reforma compulsiva no funcionalismo público, a pretexto de excedentes dispensáveis, e povoar o *Diário da República* de quase diários reforços de quadros funcionais imunes àquele abalo sísmico. E ter negado razão aos que advogavam a adesão imediata do escudo ao mecanismo de câmbio do SME e acolher de seguida esse imediatismo como expressão de lucidez própria e autojufzo de oportunidade perfeita. É tentar desviar as atenções dos problemas reais do País — o desnorte de agricultores, industriais e comerciantes; o caos escolar; a nova derrapagem da inflação, induzida pelos espasmos do IVA; o regresso das falências, dos salários em atraso e das manchas de pobreza; o aumento da falange dos sem-tecto; o retorno intensivo das greves e outras formas de instabilidade social, com um certo travo a rebelião; o reacender de uma dialéctica de cívismo contestatório em defesa da objectividade da informação e da maioria da cultura — é de facto a tentativa do desvio das atenções de tudo isso, introduzindo nos circuitos da análise política a falsa questão de uma revisão intercalar da Constituição, como se fosse essa a nossa mais gritante necessidade colectiva!

É também tentar ganhar as próximas eleições autárquicas na secretaria. Defender as privatizações por concurso e entregar as melhores empresas do sector público a um único concorrente. Praticar diferenciais de juros que põem as empresas a trabalhar para os bancos, quando não a facilitar a benefício deles. Engordar de caso pensado o sector financeiro à custa do emagrecimento do sector produtivo para que através daquele sejam viáveis as privatizações que não despertam a gula do capital estrangeiro. É ser social-democrata no discurso e liberal nos comportamentos.

Aplausos do PS.

Preocupante este regresso dos velhos demônios do liberalismo económico.

Terá algo a ver com os acontecimentos do Leste? Se tem, quero aqui dissociar-me dos que viram na queda do Muro de Berlim um convite à sua retoma. Ao contrário, vejo eu no insucesso da utopia colectivista, não o triunfo do liberalismo económico, mas da economia social no contexto de uma estrutura de mercado. Para ser franco, sinto-me mais autorizado do que nunca a pugnar por mais igualdade sem embargos de filosofia ou complexos de linguagem. Mais igualdade para os países do Sul; mais igualdade para os que têm fome de pão, de saber, de saúde, de emprego e de tecto; mais igualdade para os idosos, os pensionistas e os reformados; mais igualdade para as mulheres; mais igualdade para os que, em suma, têm sede de justiça, esses a quem o bom Nazareno prometeu o reino dos céus! Não estará ao nosso alcance um adiantamentozinho cá na terra?

Sobre as pedras caídas do Muro de Berlim pode pôr o pé triunfante o modelo do capitalismo sem alma, com o seu consumismo robotizante, a sua depreciação ecológica, os seus apelos a mais crescimento, ou seja, a mais depreciação, como única saída?

Responsável pelo mundo de hoje, com um em cada cinco homens com fome, analfabeto ou sem emprego, foi,

apenas o colectivismo do Leste? O modelo económico ocidental não tem nada a ver com os 150 milhões de crianças que morrem anualmente antes do quinto aniversário? Nada a ver com as agressões à Natureza e a delapidação das reservas naturais, não renováveis que ameaça a prazo a própria subsistência da vida humana sobre a Terra? Foram só a URSS e os seus satélites quem transformou os mares numa lixeira, matou os rios, decepou as florestas, provocou as chuvas ácidas, o efeito de estufa e os buracos na camada de ozono?

Dito de outro modo: o mundo que vamos deixar aos nossos filhos faz mesmo as delícias dos integristas do mercado e das suas harmonias espontâneas?

Caros colegas da «maioria»: É tão bonita, mesmo quando na prática dela vos dissociais à vossa e também nossa social-democracia!... Para quê, agora, este tempero apócrifo, este golpe no amor do próximo, no ideal da fraternidade a que já Aristóteles reconduzia a democracia, na solidariedade replantada no canteiro europeu?

Se o vosso propósito é roubar espaço ao CDS, atenção à perda do vosso próprio espaço. Se, em nome do direito à diferença, é isolar o PS na sua fidelidade à exigência de mais igualdade, atenção à perda da vossa própria identidade.

O liberalismo e a social-democracia são valores antitéticos. Debalde tentareis metê-los no mesmo saco. Em nome das harmonias automáticas de que fez profissão de fé, o liberalismo económico caiu no logro de um optimismo cego aos riscos da desordem, da competição suicida, do privilégio e da marginalidade social. «Entregue a si mesma, a concorrência mata a concorrência». E foi dito que «a liberdade dos fortes teve vezes demais por contrapartida a servidão dos fracos».

Fecho com um pensamento de D. Helder da Câmara, grande humanista do nosso tempo: «há razões urgentes para que D. Quixote entre de novo em liça».

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Inscriverei-me para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados, Sílvia Marques, Margarida Silva Pereira e Manuel Queiró.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sílvia Marques.

O Sr. Sílvia Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almeida Santos, esperávamo que V. Ex.^a viesse aqui falar dos últimos insucessos ou das últimas dificuldades do seu partido, já que, essa sim, merecem reflexão.

Mas o Sr. Deputado preferiu — enfim, também é compreensível — produzir um discurso de distração para ver se dessa forma as dificuldades desapareceriam! No entanto, os factos são mais fortes do que os discursos e, por isso, não obstante a cortina verbalista do Sr. Deputado, as dificuldades do seu partido af estão cada vez mais visíveis.

Pensei até que V. Ex.^a viria explicar-nos a pergunta — eventualmente, mesmo formulada pelo Sr. Deputado — relativamente ao referendo, isto é, fazer uma explicação oportuna sobre essa célebre pergunta. Mas o Sr. Deputado, mesmo af, evitou a dificuldade e preferiu a referida cortina verbalista. E cortina verbalista porquê, Sr. Deputado? Porque se todos os partidos evoluem — e ainda bem, o meu tem evoluído —, a verdade é que alguns fazem-no aos encontros e outros graças a uma livre, ampla e profunda reflexão no seu próprio seio.

O meu partido tem evoluído, felizmente, graças à liberdade plena que nele existe e, mais do que a liber-

dade — é preciso haver energias para utilizar essa liberdade —, graças à vitalidade de pensamento que o tem caracterizado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pensamento não apenas teórico, mas contrastado e ligado às realidades do nosso país e à experiência entretanto colhida.

Sr. Deputado, é por isto que nunca tivemos a necessidade de meter o nosso programa na gaveta.

Por isso, aproveito a oportunidade para lhe perguntar sobre qual é actualmente a vossa intenção: é a de manter definitivamente o socialismo na gaveta, aferrolhá-lo — a vergonha é capaz de vos impelir a isso —, ou tirá-lo da gaveta? O risco é enorme, sobretudo quando cada vez mais vos escasseiam os argumentos.

Sr. Deputado, de qualquer modo, neste momento, e se alguma coisa de útil, do ponto de vista da discussão política e teórica, tivesse lugar era que o Sr. Deputado nos dissesse, ao fim destes anos, que «graças à nossa reflexão, decidimos fechar definitivamente o socialismo na gaveta ou, então, tirá-lo da gaveta». Estamos à espera dessa resposta, Sr. Deputado.

Quanto ao resto, penso que V. Ex.^a está a atravessar uma gravíssima crise de consciência. Ouvi-o, ali, um pouco mais como pecador que se confessa do que, propriamente, como o político que faz reflexão livre.

Sr. Deputado, repare que as dificuldades não justificam a incapacidade de as afrontar com clareza. Ora, o seu partido, quando teve as responsabilidades máximas da governação no nosso país — e não me refiro a um governo onde foi responsável em coligação com o meu partido —, claudicou na sua actuação relativamente aos princípios que V. Ex.^a acabou de invocar. Justiça?! Mas quanta injustiça a sua governação não provocou: inflação, desemprego, contratos a prazo!

Sr. Deputado, as desigualdades no nosso país nunca foram tão grandes como quando o seu partido teve as responsabilidades da governação. E podemos perguntar-nos: era inevitável? Não, não era inevitável, Sr. Deputado, porque quando uma política é seguida com equilíbrio, com preocupações de solidariedade social e com um rumo certo os homens conseguem superar as dificuldades. Ora, sempre que o seu partido foi colocado perante as dificuldades claudicou e seguiu o caminho mais fácil, que é o da maior injustiça: o do défice sem regra, o da inflação galopante e, por consequência, o do aumento das desigualdades relativamente aos cidadãos que nós, em contrapartida, devfámos tratar com o máximo de solidariedade e de justiça social para que não invoquemos esse nome em vão.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Margarida Silva Pereira.

A Sr.^a Margarida Silva Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almeida Santos, recente nestas lides parlamentares, confessou que esperava da brilhantíssima verve parlamentar de V. Ex.^a uma intervenção diferente sobre o programa teórico do meu partido. E esperava-a por esta muito simples razão: V. Ex.^a, com a preparação teórica que lhe é conhecida, viria hoje, no meu entender, a esta Câmara explicar-nos um pouco, num discurso que

pretendia ser sobre as nossas incoerências teóricas, a sobrevivência ou a recriação ou, talvez, indo mais longe, a própria criação da coerência teórica nunca por nós encontrada no vosso programa. Quer dizer, por outras palavras, a hipotética coerência que nós também procurámos, mas com muita dificuldade, entre o marxismo e a liberdade, entre a democracia e os princípios totalitários, entre a justiça social e toda a seiva de liberdade necessária para uma sociedade que se pretende em expansão, sobretudo para uma jovem democracia que se pretende construir.

Não encontrámos, de facto, nada disso ou, pelo menos, não o encontrei eu, humildemente o confesso, na intervenção que V. Ex.^a acaba de produzir.

Daí que lhe pergunte, um pouco na esteira do meu companheiro Silva Marques: será que a capacidade de mudança, de renovação e de adaptação ideológica de um partido genuinamente português, como é o caso do meu, que se desenvolveu numa procura genuína de ideias, sem dúvida alguma, assentes num estreio europeu e ideológico que transcende a própria Europa, mas com uma dimensão de portugalidade extraordinariamente coerente e firme, é sinónimo de incoerência? Será que toda essa preocupação é, no entender de V. Ex.^a, sinónimo de incoerência? Será que V. Ex.^a entende que a tentativa de criação de um programa partidário português é a de criação de um programa incoerente? Será que V. Ex.^a considera que uma leitura portuguesa do ideário social-democrata é, necessariamente, uma coisa má? Ou seja, será que V. Ex.^a entende que a única coisa válida nas cartilhas políticas-partidárias é uma realidade estrangeirada?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Eram estas as perguntas que queria colocar-lhe.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almeida Santos, na sua intervenção fez uma referência, ainda que tangencial, aos grandes problemas ideológicos e programáticos que hoje atravessam a Europa, em mutação, e ao facto de, após a queda do Muro de Berlim, as populações do Leste não terem encontrado no liberalismo selvagem as soluções para a transição necessária para a democracia. É verdade!

É verdade que as populações do Leste Europeu, para construir a democracia, não foram abraçar as soluções dos partidos liberais, mas também é verdade que não foram abraçar as soluções dos partidos socialistas democráticos ou das sociais-democracias. E disso o Sr. Deputado devia, quanto a mim, retirar a ilação necessária de que a Europa se constrói, como se construiu no passado ao longo dos séculos, buscando os mecanismos da solidariedade, do humanismo cristão, justamente como fizeram, votando em maioria nos partidos democratas cristãos, os povos do Leste europeu.

Assim vemos, no Ocidente europeu, que a Europa em mutação não vai abraçar as soluções do socialismo democrático ou social-democracia ou as soluções liberais, como aconteceu ainda agora em Inglaterra, que, apesar de estar em crise, não abraçou essas soluções.

Foi por isso que notei na brilhante exposição do Sr. Deputado uma falta, uma ausência, talvez o único

factor positivo que se poderia apontar à revisão do programa do PSD: o de, pela primeira vez, se aproximar dos valores do humanismo cristão.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — E o Sr. Deputado não denotou esse factor como positivo, porque isso iria levá-lo a outra conclusão.

É certo que esta transição, este progressivo abandono da social-democracia e a progressiva aproximação à democracia cristã, por parte do actual PSD, não pode ser vista como um factor positivo por parte da sua bancada; mas o Sr. Deputado concordará comigo, com certeza, que isso seria, sem dúvida, um factor de clarificação da política portuguesa no quadro da integração na Europa, que não há-de ser apenas económica mas, um dia, também política.

Pergunto, Sr. Deputado, por que é que em vez de estar a tentar puxar e agarrar o actual PSD para que fique no campo da social-democracia não faz aquilo que um bom político e um bom português deveria fazer, que é dar um empurrãozinho, dizendo: façam lá a vossa transformação em partido democrata cristão do futuro.

Vozes do PSD: — Que grande confusão!

O Orador: — ... um partido que abraça o humanismo cristão com todas as suas consequências, porque, efectivamente, esta transição é ainda confusa, apenas esboçada, timida e ainda não atingiu o ponto de não retorno.

Não entenderia, Sr. Deputado, como mais útil a sua intervenção dar esse empurrãozinho em vez de estar a tentar segurar o actual PSD no socialismo democrático?

Vozes do PSD: — É mesmo de engenheiro!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Silva Marques, tenho o raro privilégio de nunca agradar ao seu partido, mas pode ter a certeza, de que também não é essa a minha intenção.

Risos do PS.

De maneira que — penso — estamos todos bem! O que eu quero é criticar-vos, ou seja, mostrar-vos o meu desagrado sobre o vosso pensamento e a vossa ação, e os senhores reagem porque, no fundo, gostam daquilo que fazem; e aí é que está o grave da questão.

O Sr. Silva Marques (PSD): — A «gaveta», Sr. Deputado! Só queremos saber qual vai ser o destino da «gaveta»!

O Orador: — Quanto à «gaveta» já lhe respondo, meu caro amigo.

O socialismo que entrou para a «gaveta» — e em boa hora entrou — não tem nada a ver com o socialismo democrático que desde sempre esteve no nosso coração.

Aplausos do PS.

A nova «gaveta» é o coração de todos nós. Infelizmente, a social-democracia entre vós não tem «gaveta», não tem

coração, não têm albergue porque eu sei muito bem o que os senhores querem: é roubar ao CDS a «família» europeia que os senhores não têm.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não roubam nada!

O Orador: — Uma vez eu disse aqui que cada vez que os senhores vão à Europa têm de ficar no hotel porque não têm família, não têm casa de família.

Risos do PS.

Nós temos casa de família na Europa, uma grande família, a maior família europeia. Como vê, estamos bem acompanhados e não temos de «meter na gaveta» coisa alguma que tenhamos no coração.

Vozes do PSD: — A família é fraca, principalmente a francesa!

O Orador: — Mas acho muita graça ao facto de sempre que vós acusáis de qualquer coisa — e faço-o, penso eu, com alguma lógica e fundamento — os senhores, em vez de se defenderem das acusações, acusarem-me do que acontece no meu partido.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Temos o mesmo direito!

O Orador: — Os senhores têm todo o direito, mas quem vos ouve fica a pensar que não têm defesa!

Risos do PS.

Não é que eu fique embaraçado, mas por que é que os senhores não defendem de facto esta salgalhada, que é o vosso novo projecto, em que entra, à mistura, todo o peixe, como eu disse, liberalismo, social-democracia, de tal modo que eu sabia quem os senhores eram e já não sei?

Sei quem são os Deputados do CDS, e quando falo com o Sr. Deputado Manuel Queiró eu sei com quem estou a falar! Discordo deles em muita coisa, mas não discordo, de momento, de serem ambíguos, porque só não são.

Os senhores, Deputados do PSD, durante algum tempo não foram ambíguos, depois passaram a sê-lo ligeiramente e agora assumiram plenamente a ambiguidade e ninguém mais sabe o que os senhores são. Na prática, já sabímos: que eram neoliberais, porque, enfim, o vosso chefe é neoliberal e os senhores, que têm a tal liberdade que, nós sabemos, ...

Risos do PS.

... seguem cegamente o chefe!...

Aplausos do PS.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Isso é ignorância!

O Orador: — Portanto, não é um discurso de distração ó meu, é um discurso de preocupação!

Perguntei-me o Sr. Deputado Manuel Queiró por que é que eu não deixo que os senhores vão para o outro extremo, para o liberalismo, deixando, no entanto, o terreno da social-democracia liberto para nós. Porque eu coloco os princípios acima das conveniências políticas. Só pôr isso, mais nada!

Prefiro perder eleições com um PSD social-democrata do que ganhá-las com um PSD defensor do liberalismo económico!

Risos do PS.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Então os senhores são filhos do pecado original!

O Orador: — Tenham paciência, à saída da época Pascal as coisas têm o peso que têm na consciência de cada um de nós. É assim!

Não tive o privilégio de participar na feitura da pergunta do referendo, mas devo dizer o seguinte: acho muito estranho que os senhores, que lançaram, sem nenhum fundamento, uma revisão constitucional, ponham agora entraves à realização de um referendo. Porque o que está na pergunta terá de ser esclarecido durante a campanha que se terá de fazer, uma vez que todas as perguntas dos referendos, de um modo geral, carecem de ser esclarecidas, não se esqueçam disso. Assim como têm de cumprir processos regulamentares, tem de estar lá tudo e não estar lá o que não deve estar.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Então por que é que os senhores estão a mudar o texto??

O Orador: — É que é para isso que existem as campanhas, e ao fim de uma campanha toda a gente vai saber se o povo quer na televisão uma administração inteiramente constituída por pessoas nomeadas pelo Governo, ou se constituída por algumas pessoas nomeadas pelo Governo, ou se por algumas pessoas nomeadas pela Assembleia e pelos utentes ... Vamos perguntar o que é que querem! E se os senhores não têm receio — acredito que não tenham, façam-vos a concessão de que não têm um peso na consciência para além de um certo ponto — porque é não entregam, candidamente, a pergunta ao povo? Ele que diga! E se são os senhores que têm razão e não nós então aceitaremos a *mea culpa* e somos até capazes de fazer aqui um discurso a pedir desculpas dizendo que estávamo enganados, porque as pessoas querem mesmo a televisão que têm, aquela e nenhuma outra, administrada como é e de nenhuma outra forma.

Bom, dizem que evoluíram e ainda bem! O que disse da tribuna, durante dez minutos, foi que evoluíram e ainda mal.

Risos do PS.

Estamos, pois, em desacordo!

Depois, disse o Sr. Deputado que andamos aos encontros. Bem, os senhores andam aos tropeços, o que é um pouco pior. Às vezes damos encontros em muita coisa, inclusive em vós, mas isto, no vosso caso, foi um tropeço terrível! Tropeço em quê? Na contradição insita de que os senhores na Páscoa, ou antes disso, tomaram consciência de que uma coisa era a vossa prática e outra era a vossa ideologia constante do programa do Dr. Sá Carneiro.

E então o que é que fizeram? «Isto é demais! Hoje, parece mal que a gente, de facto, fale 10 vezes em socialismo no nosso programa, e que na prática repudiarmos [...]» — como repudiaram, neste vosso programa, todo os socialismos, inclusive o social-democrata, que é também uma forma de socialismo, como o senhor sabe.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Não, não é! Isso é ignorância!

O Orador: — Há dias, o Dr. Fernando Nogueira, que é um dos pilares do pensamento do vosso partido, que eu respeito, disse que a social-democracia é o que o Governo faz.

Risos do PS.

Por que é que o senhor agora faz esse desvio da vossa prática?

Mas a verdade é que não é o que o Governo faz!

O que é que posso dizer-lhe mais?

Disse o Sr. Deputado: «estamos a atravessar uma crise de consciência [...]» Mas isso foi o que eu disse! Os senhores fazem este programa, ou tentam fazê-lo, porque têm, vocês mesmos, um peso na consciência de terem uma prática que não coincide com as vossas ideias! E tendo deixado de coincidir tentam uma certa aproximação, mas como têm, apesar de tudo, também a responsabilidade perante a memória do Dr. Sá Carneiro, dizem: «bom, vamos ver se conciliámos aqui, em termos hábeis, a social-democracia e o liberalismo económico». Não podem! Não há conciliação possível! Os senhores estão a tentar o impossível! E como tentaram o impossível saiu a tal caldeirada de todo o peixe, que referi na minha intervenção.

Disse também o Sr. Deputado que o PS claudicou em relação aos princípios!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Claro!

O Orador: — Teremos claudicado em muita coisa, mas há uma coisa que lhe digo: leia o nosso programa e verá que ele foi revisto a tempo, à saída dos excessos revolucionários da Revolução de Abril, que também existiram, pelo quais os senhores também foram afectados. Os senhores também eram socialistas nessa altura ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Socialistas não!

O Orador: — Fazem 10 vezes referência ao socialismo no vosso programa, não é verdade?!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Tinham o Marx na parede!

O Orador: — E nós adoptámos uma forma de socialismo: o socialismo democrático, o socialismo em liberdade. Fomos os primeiros a falar nisso, quando ainda não havia, pela Europa fora, muita consciência do que era o socialismo em liberdade.

Lutámos bravamente contra estes senhores que estão aqui à nossa esquerda!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Não ganharam grande coisa com isso!

Risos.

O Orador: — Se ganhámos ou não, isso é connosco! Mas sabe que nem todas as batalhas se travam para grandes ganhos, ou seja, ganhos desse tipo!

Penso afirmar é que há hoje uma coerência impecável no nosso programa, pelo que vos desafio a demonstrar a menor incoerência que nele existir. Não contribui para a sua redacção, mas tenho profunda identificação com os princípios que o programa do meu partido consagra e posso dizer, com segurança, que não há nele qualquer dose de incoerência.

Deste modo, e respondendo já, em parte, à Sr.^a Deputada Margarida Silva Pereira, que esperava uma intervenção minha diferente — com certeza esperava que eu estivesse de acordo consigo, mas não é possível; e fique sabendo que, de um modo geral, não deve esperar de mim intervenções que lhe agradem ou que estejam de acordo com os seus pontos de vista ou com os do seu partido —, e que disse que nunca encontraram coerência no nosso programa, direi: a Sr.^a Deputada nunca o leu! Confesse que nunca o leu! Mas se o leu, peço-lhe que volte a lê-lo e que então veja se lá está todo o peixe ou se está só uma espécie de peixe que se chama socialismo democrático. Toda a gente sabe o que isso é, não há confusão possível!

O Sr. Duarte Lima (PSD): — O Sr. Deputado faça *mea culpa* porque não leu o nosso programa!

O Orador: — O Sr. Deputado Duarte Lima tem dores de pai, por isso é melhor não se meter comigo!...

Quanto à capacidade de adaptação ideológica, acho bem a adaptação, o que acho mal é o corte! Lá que os senhores fizessem uma adaptação de acordo com o sinal dos tempos, muito bem, mas não o corte, a substituição de uma coisa pela sua contrária ou, pior ainda, nem sequer haver substituição ...

Se os senhores dissessem «agora virámos, passámos a ser liberais», óptimo, as pessoas têm esse direito, mas o que não podem é ser, simultaneamente, uma coisa e a sua contrária, porque ao fazerem isso — desculpem que vos diga — falham no que respeita àquela elementariedade «logicazinha» que só pode existir quando há falta de inteligência — não é o caso —, quando há falta de carácter — que também não é o vosso caso — ou então quando há uma grande dose de confusão, que é efectivamente, segundo me parece, o vosso caso.

Falou ainda no PSD português. Não percebi bem se nos consideram um partido estrangeiro!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito estrangeiro!...

O Orador: — Suponho que não! Estrangeirado? Bom, começámos antes de vós a defender aquilo que defendemos agora, quando a defesa era muito mais difícil. E já então o Salazar nos chamava estrangeirados, pois dizia que éramos uns indivíduos influenciados pelo exterior ...

Aplausos do PSD.

Admito que haja uma leitura portuguesa do ideário social-democrata, mas não é o que está no vosso programa, que não tem uma leitura social-democrata, mas uma leitura híbrida que tanto é como não é.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Tenho de lhe dar uma explicação, Sr. Deputado! Temos de ler o programa do PSD em conjunto!

O Orador: — Sr. Deputado Manuel Queiró, já tive oportunidade de lhe dizer que quando se trata de V. Ex.^a sei com quem estou a falar. Discordo muitas vezes do que o Sr. Deputado diz, basta dizer que não sou liberal, por isso tenho de discordar. No entanto, sem ser religioso, pinto-me por valores cristãos e, nessa medida, o humanismo cristão é um dos meus referenciais, portanto, como pode calcular, também tenho grandes zonas de coincidência!

O Leste não «saltou» para o liberalismo selvagem, é verdade! Mas também, que eu saiba, ainda não «saltou» para o liberalismo económico. Que se virasse para a democracia cristã é compreensível, porque estiveram tanto tempo sem democracia e sem cristianismo que é natural que sintam essa ansiedade.

Risos do PSD.

Diz o Sr. Deputado que o PSD se aproxima do humanismo cristão e que eu devia empurrá-lo para essa aproximação! Bem, apesar de tudo, acredito que o PSD perfilha o humanismo cristão — sinceramente também não iria tão longe ao ponto de não acreditar —, mas penso que o Prof. Cavaco Silva o puxa para aquela espécie de perversão económica em que o liberalismo adultera o homem e força egoismos.

Hoje não é possível uma concepção liberal sem toda a espécie de receios e de reservas. Pode haver liberalismo político, mas hoje esse chama-se democracia. Não vale a pena estarmos a usar outro nome. Se a democracia está assente entre nós, para quê falarmos em liberalismo político? O liberalismo económico é que desumaniza, pois com tanto amor que tem à concorrência acaba por matá-la.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Onde é que isso está no nosso programa?

O Orador: — Por outro lado, gera também as diferenças que, em meu entender, estão implícitas naquele direito à diferença — ponto final — que já uma vez aqui condenei, até porque sou pelas discriminações positivas, ou seja, não sou pelo direito à diferença, todo ele, porque também não está consagrado, nem pode estar, no programa do PSD o direito à igualdade, toda ela. Portanto, esta é a minha posição: sem qualificativo, nem igualdade, nem diferença. Espero que a compreendam.

Muito obrigado a todos. Peço-vos que façam uma reflexão a propósito da minha intervenção, porque não gostaria que o Dr. Sá Carneiro se remexesse na tumba. Admiro e respeito demais a sua memória para vos ver desrespeitá-la impunemente e sem uma palavra minha de protesto.

Aplausos do PSD.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almeida Santos, apesar das nossas diferenças sempre grandes e assumidas, conhecemos a correção do seu trato e tenho a certeza de que não esteve no seu espírito ferir a dignidade da minha bancada. Subjectivamente não o fez, mas objectivamente a última parte da sua intervenção acaba por feri-la.

Assim, tenho de responder-lhe que não é a revisão do programa que o meu partido acaba de fazer que mexe com o descanso do Dr. Sá Carneiro. Dê resto, recorrentemente, muita gente e muitas forças políticas procuram hoje apelar ao descanso que a paz e o espírito do Dr. Sá Carneiro merecem quando o combateram politicamente e tiveram atitudes que rajaram a indignidade política e pessoal, que devia estar afastada daquilo que é o combate democrático.

Aplausos do PSD.

Ouvi com toda a atenção as explicações que o Sr. Deputado Almeida Santos acaba de dar, e tenho de lhe dizer apenas isto: todos os juzgos que emitiu, e sobretudo todas as conclusões, estariam correctos se não partissem de um erro de base: é que V. Ex.^a esteve a falar de um documento que não existe!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Esteve a fazer referências a formulações que não constam do programa do meu partido e, em face disto, aconselhava V. Ex.^a a não ler o programa revisto do meu partido pelos títulos dos jornais, porque é capaz de ser induzido em erro.

Tenho todo o gosto em oferecer-lhe um exemplar do nosso programa, agora revisto, onde poderá verificar que, sobretudo, as referências que fez ao liberalismo económico não constam dele, nem numa única linha!

Na verdade, o Sr. Deputado fez aquilo que normalmente um advogado brilhante e habilidoso, como V. Ex.^a é, faz: quando não tem um elemento de facto para conseguir chegar à demonstração que quer evidenciar perante a Câmara, inventa esse elemento de facto. V. Ex.^a acabou por fazer isso! Não foi o único, nem esteve isolado, pois reconheço que também há pessoas no meu partido que leram mal o programa, pelo que o Sr. Deputado acaba por ter uma certa dose de desculpa.

Mas os factos são o que são, e um homem rigoroso como V. Ex.^a é, com as responsabilidades institucionais que tem no seu partido, não pode cometer este tipo de facilidade, ou seja, não pode subir à tribuna e insistir duas, três, quatro vezes, recorrentemente, na formulação de críticas ao programa do meu partido na base de expressões que ele não contém.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em nenhum momento, em nenhuma linha está neste texto, como de resto também não estava no anterior — e nesta matéria não foi preciso mudar o programa do meu partido — a defesa do liberalismo económico; pelo contrário, o texto actual contém até um capítulo em que se expressa a recusa do liberalismo económico.

Assim, desafio-o a fazer futuramente, ou agora, aqui, a correção dessa expressão que diz estar contida no nosso programa — e se não tem o texto, posso fazê-lo chegar às suas mãos —, pois as afirmações que fez não são próprias de um dirigente com a dimensão de V. Ex.^a

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Duarte Lima, quando referiu atitudes de indignidade política e pessoal perante a memória do Dr. Sá Carneiro, suponho que não se estava a referir à minha pessoa, uma vez que não têm nada a ver comigo.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Se na minha intervenção, sobretudo na parte final, fui menos feliz na maneira de me exprimir, digo claramente que esteve fora do meu espírito ofender-vos, mas gostaria que a memória do Dr. Sá Carneiro, no que respeita ao pensamento que afirmou e tanto dignificou, fosse respeitada pelo seu próprio partido.

Sr. Deputado, de facto li um texto impresso, chamei-lhe projecto, como é óbvio, não lhe chamei programa, nem podia, e o que critiquei foi esse projecto em forma impressa — bem bonita por sinal —, mas o que lhe quero dizer é que se há equívoco, somos muitos os equivocados, muitos deles até moram na vossa casa.

Mas então se há equívoco, peço-lhe que corrija o equívoco. Aproveite esta oportunidade e corrija o equívoco.

Repare, Sr. Deputado, que este projecto de programa até vem na sequência de uma prática e de uma linguagem que, inclusivamente, na última revisão constitucional vos levou a fulminar a palavra «social» cada vez que ela aparecia no texto e fomos nós que impedimos que essa palavra desaparecesse da Constituição. Não é só de agora, a linguagem já vem de longe ...

Depois, Sr. Deputado, são os ataques às ideologias, aos partidos políticos, à própria política em si, e que são próprios de mentalidades conservadoras. Depois, ainda, é a figura do chefe autoritário que os senhores cultivam e seguem. É o culto da personalidade que tantas vezes tenho denunciado aqui. É a musculação do regime, a inversão da pirâmide política, a abolição da fiscalização do Governo pela Assembleia, a recondução da Assembleia à vontade do Governo, a recondução da vontade do Governo à vontade do seu chefe. É a recondução de tudo à vontade de um homem só. Isso são imagens, são princípios, são valores de direita!

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — Os senhores vêm depois defender ainda a diferença sem adjetivo, o que também é uma mentalidade conservadora. E, de facto, os senhores falam em liberalismo.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Liberalismo político!

O Orador: — Falam em liberalismo e dizem: «somos sociais-democratas, mas valorizamos o liberalismo». Agora dizem: «não dissemos que era o económico». Pois, meu querido amigo, o liberalismo político estava na democracia e não precisava de dizê-lo de outra maneira.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — Mas é preciso ver que se trata da totalidade do próprio programa, ele próprio liberal, com exaltação dos valores do mercado, da concorrência e da competição até onde começa a desumanização da vida política e da sociedade.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não apoiado! Não é verdade!

O Orador: — Sim, sim!

Portanto, os senhores, que tomaram por modelo a Sr.^a Thatcher, que trazem agora um programa em que procuram o casamento da social democracia com o liberalismo, o que é que esperam que se conclua? Se estou equivocado, tenho muito gosto em estar equivocado, corrijam o equívoco, se fazem favor, e corrijam-no também dentro da vossa própria casa, porque é lá, porventura, onde ele é mais evidente.

Aplausos do PS e do Deputado independente Mário Tomé.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga!

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A regionalização, na sua expressão concreta, é o processo mais atrasado das questões políticas nacionais, bem à revelia da Constituição. Se regidesse já houvesse, muitas das preocupações que aqui trago estariam resolvidas.

Tenho para mim que este governo preferiu manter as coisas tal como estão, pois essa é uma forma de suscitar a velha política do chapéu na mão, enquanto aproveita para promover todos os «Marques Mendes» do Governo que, em visitas sucessivas aos distritos, distribuem cheques como se de cartões de visita se tratasse. É rara a semana em que a imprensa regional não refira acontecimentos desses, como se o dinheiro dos Portugueses fosse propriedade do Governo, ou a sua aplicação uma especial bênção que só alguns estarão em condições de receber.

Reuso o método. Nada há melhor que o dinamismo da participação, esse sim é legítimo face à ordem constitucional vigente. É por isso que reivindico a ação do Governo em questões essenciais no desenvolvimento do círculo que me elegerá, sem conceder na urgência do processo de regionalização.

Falar das maiores preocupações do distrito de Braga é relembrar questões antigas, acumuladas de pocirreiros esquecimentos ou de contínuos atrasos, sempre muito justificadas, mas todas com uma característica comum: não resolvidas.

A capacidade produtiva desta região, aliada a um inegável sentido de iniciativa, põe desafios importantes que o Estado não pode ignorar. A enorme oferta de mão-de-obra jovem de quadros recém-formados localmente exige um investimento nas pessoas, tão vasto quanto a necessária reconversão de grande parte das indústrias tradicionais, desajustadas tecnologicamente e comercialmente. Hoje, a questão da crise industrial, infelizmente, não se confina ao vale do Ave e o esforço que tem sido feito para a débelar deverá ser aumentado e alargado a outras zonas como o vale do Cávado.

Basta recordar que 70% das populações de Fafe, Guimarães, Famalicão e Barcelos dependem exclusivamente da indústria têxtil e vestuário.

Sou favorável à existência de medidas pontuais para intervir em situações de grave crise, mas não aceito confinar uma estratégia de desenvolvimento à injeção de capitais ou exclusivamente à preparação das pessoas. É urgente que a região seja entendida como um todo, com as suas ligações preferenciais do ponto de vista do seu próprio desenvolvimento e, por isso, defendo que se execute um plano de rede viária que facilite as ligações entre os principais núcleos de produção e as saídas da região, nomeadamente as ligações ferroviárias — onde a modernização há muito prometida tarda a chegar — e os acessos ao porto de mar de Viana do Castelo, ponto de saída e entrada natural do Minho. Sem isso, no imediato, de pouco serve o investimento material e humano que se faça. Insisto e relembo o exemplo caricato do percurso entre Braga e Guimarães, importantíssimo no contexto da região, que é de 18 km aproximadamente, e que demora cerca de quarenta e cinco minutos para ser realizado. Não há estratégia que resista a tamanho atraso.

A auto-estrada Braga-Valença, desde muito cedo prometida, não há meio de arrancar. Estou sinceramente con-

vincedo de que o Governo prefere esperar uma data mais próxima das eleições legislativas para a sua conclusão do que favorecer, o mais rapidamente possível, as comunicações na região. Visto assim, o distrito mantém-se ao lado da auto-estrada por mais três anos.

É pela ausência destas infra-estruturas que não se faz o desenvolvimento sustentado. É por isso que novas empresas tardam em instalar-se na região e algumas mesmo recusam a fazê-lo, como é caso recente da Samsung. O futuro não é nada risonho, com 20 000 trabalhadores em vias de despedimento. No distrito de Braga a taxa de desemprego é hoje de 10%, o dobro da média nacional. Como se reafirmou em Maastricht, não há desenvolvimento sem uma política social que garanta direitos essenciais, como são, indiscutivelmente, a saúde, a educação e o ambiente.

Pode alguém falar na garantia do direito à saúde se, por exemplo, no Hospital de São Marcos, em Braga, uma consulta de oftalmologia demora dois anos e uma intervenção cirúrgica da mesma especialidade demora quatro anos? Ou se qualquer cirurgia geral demora um ano, no mínimo?

Não é com uma unidade hospitalar em ruptura financeira e administrativa, a mais importante da região, que se responde ao desafio do desenvolvimento. O Governo não pode eximir-se da culpa em manter uma administração que não tem capacidade para prevenir as necessidades do futuro e se contenta em ir gerindo a crise. É o resultado do excesso de zelo de funcionários bem comportados. Não servem a função e muito menos os interesses da população que desespera em ver garantida a existência de um hospital central. Cabe ao Governo responder.

Reuso a politiquice do chapéu na mão que alguns Deputados do PSD do mesmo círculo eleitoral parecem perfilar, desfazendo-se em reuniões com administrações querendo dar a entender que, por influências insuspeitas, irão resolver o assunto junto de alguém importante. Penso o contrário, porque é o Governo que deve dar explicações à população e a esta Câmara sobre as várias políticas e tem a obrigação de ser convincente. É que até a possibilidade da existência de uma grande unidade hospitalar particular foi prejudicada por ausência de vontade política do Governo. Como se explica isso? Terá sido numa dessas tais reuniões de corredor, junto de alguma pessoa importante?

Seria, por exemplo, igualmente interessante cônhecêr as razões que levaram ao encerramento, por parte da ARS de Braga, de um posto médico na nôvel vila do Gerês. Ao que consta parece que se deveu ao facto de a médica que lá prestava serviço ter entrado em licença de parto. Mesmo depois de alertado para o facto, o Governo manteve-se silencioso, nem se explica, nem corrige o erro grosseiro, só possível numa visão mercantilista do direito à saúde. E que, para além do mais, o Gerês é uma estância termal de primeira grandeza que, a partir do encerramento do centro de saúde, ficou sem assistência médica não só para os seus habitantes, como também para os milhares de turistas que durante o ano por lá passam. Este é mais um exemplo claro de como a saúde é tratada neste distrito ...

No que respeita à educação, a chaga mais viva mantém-se nas elevadas taxas de fuga e de insucesso ao nível da escolaridade obrigatória. Isso, a par do trabalho infantil com que o Governo se entretém, ora dizendo que não existe, ora concluindo que, afinal, resume-se a uns escassos 11 000 casos a nível nacional.

Não quero discutir os números, porque seria ridículo perdermos tempo com isso mas, enquanto os fantasmas das personagens infantis de Charles Dickens ensombrarem a democracia portuguesa, nenhum de nós tem pleno direito à tranquilidade. E a verdade é que todos concordam com a sua existência! No distrito de Braga essa é uma razão da intervenção política. Desafio o Governo a criar um programa de incentivos à frequência escolar e de apoio social e económico junto das famílias, nomeadamente em povoações de maior incidência desse risco. O recurso à multa, só por si, está provado, não resolve o problema, embora seja uma medida de desencorajamento.

A luta contra o insucesso escolar é também um problema grave e de escala nacional mas não pode ser dissociado das fracas condições em que a generalidade das escolas se encontra, designadamente no que respeita ao seu equipamento, na maior parte dos casos velho, ultrapassado e que não corresponde aos modernos conceitos do ensino/aprendizagem.

A escola tem, nos nossos dias, poderosos concorrentes no despertar da atenção dos alunos. Ora, uma escola que vive, no seu equipamento, com 20 e 30 anos de atraso, não tem condições favoráveis para vencer a concorrência do mundo colorido e muitas vezes fascinante que a sociedade de consumo criou.

O distrito de Braga possui, pela sua definição geográfica, numerosas escolas em verdadeiras condições de isolamento, que mais agravam as já frágeis estruturas de apoio, e o PSD e o Governo têm aqui um desafio que nunca enfrentaram, pese embora terem a responsabilidade da educação há mais de uma década. Fariam bem se começassem por atribuir equipamento capaz e dotassem as autarquias com verbas específicas para o efeito. Há, inegavelmente, condições económicas para o fazer. Falta a vontade política, ou a capacidade ...

Por outro lado, há casos de ruptura eminentes na capacidade de alojamento das escolas, como no concelho de Braga, onde, por falta exclusiva do Governo, ao não cumprir os contratos assinados com as autarquias, e com a de Braga em concreto, ficarão cerca de 5000 ou 6000 alunos em sobrelocação no início do próximo ano lectivo. Faltam quatro escolas contratadas a que o Governo não dá resposta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O caso do Parque da Peneda-Gerês é igualmente bem convincente da incapacidade do Governo para perceber a importância dos assuntos que tem em mãos. Depois de ter deixado arder grande parte do património florestal daquele Parque, ainda não houve uma acção concertada para repovoar as espécies ardidas, nem há garantias de que essa reposição respeite as espécies indígenas. Ao contrário, há sinais inquietantes sobre a tese que vencerá.

Entretanto, não foram tomadas nenhuma medidas essenciais para prevenir os futuros incêndios, designadamente a limpeza dos acessos. As estradas florestais da área da serra do Gerês, nomeadamente as do Gerês-Pedra Bela, Gerês-Ermida-Pedra Bela e Gerês-Chá de Lamas-São João do Campo, encontram-se num estado de ruína e abandono por incúria e total incompetência dos serviços respectivos, tutelados pelo Governo. Ora, é do conhecimento mais elementar que uma boa prevenção e segurança começa nos acessos.

Por outro lado, o Parque possui várias casas florestais e parques de campismo que, devidamente enquadrados, são fontes de receita. Ao que parece, a direcção do Parque contratou com a Comissão Regional de Turismo do Alto

Minho a exploração das referidas casas e parques de campismo, dadas as condições em que se encontra todo o Parque e uma vez que essas moradias se espalham pela área protegida. Essa não é uma medida acertada, uma vez que a Comissão Regional de Turismo não tem, certamente, vocação para o serviço de preservação e vigilância que a ocupação dessas casas exige. É, mais uma vez, a visão negocista do Governo a passar, por osmose, para os diligentes funcionários?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Trouxe aqui alguns problemas estruturantes do distrito de Braga.

Deixo um desafio ao Governo e à maioria para que viabilizem o processo de regionalização e estou seguro de que grande parte destas preocupações poderão ser resolvidas localmente. Mas, até lá, não esqueça o Governo a sua obrigação.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Braga: Saúdo o seu súbito cuidado com algumas das questões que, de há tempos a esta parte, têm interessado vivamente os Deputados do PSD de Braga, a ponto de o Sr. Deputado pretender fazer aqui uma intervenção baseada, na maior parte dos casos, em rumores e em notícias de jornais.

Não são poucas as vezes, na sua intervenção, em que diz «ao que parece», «não se conhece», «não se faz», «não se vê» e «não se percebe qual é a intenção». Mas digo-lhe, Sr. Deputado, que para se perceber a intenção das coisas, para se conhecerem as questões e para se saber a fundo o que se passa em relação a cada uma das matérias, todas elas importantes, que o Sr. Deputado abordou na sua intervenção — que, mais uma vez, saúdo —, é preciso ir aos locais falar com os responsáveis, é preciso tentar conhecer aprofundadamente cada uma das matérias e, sobretudo, é preciso ter a humildade de não fazer acusações àqueles Deputados que, no uso do seu mandato, se procuram interessar.

Queria fazer uma consideração a propósito de uma «bicada», aliás desnecessária, que dei sobre uma reunião que tive, há pouco tempo, com a administração do Hospital de São Marcos. No fim dessa reunião, em declarações que prestei à comunicação social, ficou claro que não só exigímos do Governo o cumprimento de uma promessa assumida, e que vai ser cumprida — a de que o Hospital de São Marcos passará a hospital central com as valências que tudo isso implica em termos de serviço e de melhoria das condições de prestação de cuidados de saúde às populações —, como exigimos também o cumprimento escrupuloso daquilo que em termos de PIDDAC está previsto para aquele Hospital. Como sabe, no PIDDAC do ano passado estavam previstos 150 000 contos e foram gastos cerca de 30 000 contos. Este ano estão previstos 150 000 contos e queremos que esses 150 000 contos sejam gastos integralmente.

Mas há coisas que o Sr. Deputado disse em relação a outras áreas que não são rigorosamente exactas e que, por falta de tempo, não posso abordar na totalidade.

Por exemplo, ainda muito recentemente o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais deslocou-se ao Parque da Peneda-Gerês para anunciar não só a reflorestação daquela região mas, sobretudo, a conclusão de um tra-

lho que é absolutamente necessário e que, desde há muitos anos, tem vindo a ser protelado. Ora, esperava ouvir aqui, da sua parte e pela sua voz, uma saudação a esse trabalho fundamental que é o reordenamento do Parque da Peneda-Gerês. Isto sim, é um trabalho de fundo, um trabalho importante, um trabalho com bases para o futuro, que pode impedir incêndios como aqueles que, desgraçadamente, tivemos há dois anos e que, felizmente, tendo atingido grande parte da área do Parque, não atingiram a parte mais crucial. Como o Sr. Deputado sabe, o que foi atingido, em termos de área ardida, não foi a parte mais rica da Peneda-Gerês, embora, de qualquer forma, isso não invalide a gravidade dos incêndios que ali ocorreram. Assim, Sr. Deputado, aquilo que tem de ser feito neste domínio está a ser feito.

No entanto, queria saudar a sua intervenção pois parece-me ir no sentido de, independentemente de sermos Deputados eleitos pelo partido que suporta o Governo ou pelo partido da oposição, podermos agora contar com a sua voz para contribuir e ajudar positivamente na resolução destes problemas.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Deputado Miguel Macedo, agradeço a saudação que faz mas dispenso a referência de só agora o fazer pois não é verdade. Se ler o *Diário da Assembleia da República*, verificará que os socialistas, não só pela minha voz, mas pela de outros Deputados do círculo, têm defendido com afinco e com propostas concretas e objectivas o desenvolvimento integrado e harmonioso da região onde se insere o nosso distrito de Braga, integrado no seu todo e tendo em vista o futuro processo de regionalização que, como sabe, defendemos com vigor.

Também quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que não é verdade eu fazer insinuações leves ou sequer aproximadas. Refiri, há pouco, alguns números e é verdade que dou o benefício da dúvida ao Governo, porque ainda sou um homem de fé e acredito que o Governo, obviamente, irá resolver alguns desses problemas. O que digo é que não aceito o método que os Deputados do PSD do distrito adoptaram e que se traduz na tentativa de aparecerem como fatores da resolução de um problema, quando ele não pode ser resolvido dessa forma, pois há mecanismos institucionais que devem ser claramente respeitados e nada pode ser feito à sua revelia. Foi esse o sentido da minha crítica directa que, aliás, foi dirigida nominalmente aos Deputados do PSD.

Congratulo-me por o Sr. Deputado ter afirmado aqui que o Hospital de São Marcos vai passar a hospital central mas gostaria de saber, rigorosamente, a data. É que o momento em que isso vai acontecer não é um compromisso público.

Assim, Sr. Deputado, as questões que lhe trouxe, nomeadamente as relacionadas com o Gerês, são questões não só importantes para a região mas para o País. O que me preocupa em relação ao Gerês, independentemente do estudo que eventualmente esteja a ser feito, é o presente, é o imediato. E, nô imediato, nota uma degradação acentuada de alguns acessos essenciais para o combate futuro a sinistros de incêndio que possam ocorrer. Esta é a minha principal preocupação no presente, porque o plano pode ser muito bem elaborado; e saúdo-o, obviamente, se o for, mas pode não chegar a tempo para poder ter alguma intervenção.

: Passo a apresentar-lhe apenas alguns dados, para que o Sr. Deputado também fique preocupado e junte a sua à nossa voz. O desemprego cresce no nosso distrito — está em 10% — e há um desemprego camouflado que é feito, indirectamente, através da segurança social. Ou seja, a segurança social gastou cerca de 5 milhões de contos em 1990, em baixas médicas, e em 1991 passou a dispender 7 milhões de contos. Isto não significa que a população adoeceu de uma forma geral, significa, sim, desemprego camouflado em baixas médicas.

São estes números que nos preocupam — as dívidas das empresas à segurança social ultrapassam os 20 milhões de contos e vem aí uma enorme taxa de desemprego que, nos próximos meses, poderá rondar os 20 000 trabalhadores.

Entim, trata-se de questões de sustentação social que são indissociáveis das outras que também referi.

O Sr. Presidente: — Finalmente, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Américo de Sequeira.

O Sr. Américo de Sequeira (PSD): — Sr. Presidente, numa fugaz passagem por esta Casa que amanhã termina, e nesta VI Legislatura, é a primeira vez que tenho oportunidade de aceder ao uso da palavra. Queria fazê-lo começando, por saudar V. Ex.º, minha velha referência moral, cívica e democrática e VV. Ex.º todos os ilustres pares desta Casa, bem como aqueles que aqui prestam serviço, desde os funcionários à comunicação social.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: São 2222 km², 248 700 residentes e ainda um ror de milhares deles andarilhando pelo vasto mundo da diáspora.

É terra que vai do mar à serra, olhando a Galiza por mais de 100 km de fronteira, alternando vales do Minho, do Vez e do Lima, com montanhas, ora suaves, ora talhadas a pique, lá para as bandas do Soajo, da Peneda, do Laborciero e da Amarela.

Espaço de um riquíssimo e polimórfico património, desde as fártas raízes megalíticas ao arquitectónico de todas as épocas, ao etnográfico e gastronómico; o natural e paisagístico releva do mais belo que possa existir pelo mundo fora.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Já terão naturalmente adivinhado que me estou a referir ao Alto Minho, lá no Noroeste deste país, berço onde príncipe se embalou o Portugal nascente e balbuciou a língua «Minha Pátria» na profética assertão de Fernando Pessoa.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, filhos daquela terra e irmão daquelas gentes, sempre operosas e sacrificadas, não é da edénica beleza que apascenta os olhos famintos dela nem da gastronomia que regala a vida, nem do singular repouso que por ali ainda se pode fruir que, hoje e aqui, venho falar. Fazê-lo seria enredar-me, sem honra nem proveito, na tela poética do Alto Minho, manto diáfano que não encobre uma outra realidade bem mais prosaica e bastante más dura.

É essa realidade que hoje determina a minha intervenção nesta Casa, não para chorar em nome das gentes do Alto Minho, que não são genitores de o fazerem, antes cerram estoicamente os dentes detrontando o trabalho e a vida, delegando democraticamente nos que elegem a voz e a razão para conelamarem com firmeza civilizada a justiça que lhes é devida.

É nessa tão honrosa como difícil missão que aqui venho hoje empenhar-me por dever e convicção inabaláveis.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Alto Minho foi, por décadas, muitas décadas a fio, uma sub-região ignorada dos poderes públicos de cima. Lisboa e o seu poder ficaram-lhe sempre longe, muito longe e indiferentes. Uma quase humilhação intolerável.

Incapaz de gerar as forças de pressão que rompessem essa indiferença e reduzissem aquela distância, o Alto Minho tem sobrevivido penosamente, à margem do presente e, mais ainda, do futuro, já que para este se avança, primordialmente, por uma rede de acessibilidades rodoviárias, no mínimo, que, longa e injustamente, lhe foram negadas, por essa forma se cavando mais fundas as assimetrias, relegando para a margem do seu tempo português e europeu aquele Noroeste, assim impedido de potenciar da melhor forma os seus recursos naturais e, desde logo, a força e a vontade do seu povo.

Daí que o Alto Minho seja, ainda hoje, uma complicada área-problema, como decorre linearmente da leitura de um amplo leque de indicadores relativos ao seu desenvolvimento socio-económico.

Distante das médias nacionais que aferem o desenvolvimento, a perder de vista, ainda por muito tempo, dos padrões comunitários, esta assimetria inter-regional repeete-se, e é ainda mais profundamente gravosa se ali comparamos a faixa litoral com o interior, não menos rico este de potencialidades, pobrissimo, porém, de condições que permitam viabilizá-las em desenvolvimento equilibrado e justo.

De raízes fundas no tempo do esquecimento, a actual situação de destavor que se vive ainda no Alto Minho, mais acentuadamente no seu interior, é a responsável indesejável pelas tendências de recessão demográfica e acentuada distorção da pirâmide etária, que, de há muitos anos, se vêm mostrando irreversíveis e progressivas, por isso altamente preocupantes, com particular incidência desde Melgaço a Monção, daqui a Paredes de Coura, aos Arcos de Valdevez e à Ponte da Barca, 5 dos 10 concelhos do distrito de Viana do Castelo.

É ainda nessas circunstâncias de insuficiências estruturais que se encontra a explicação para uma emigração que se fez sem regresso ou, nas exceções, um regresso para o desencanto, que não motiva o investimento, deseável e inteligente, na diversificação das actividades produtivas.

Desencanto acrescentado e desillusão completa, quando a vontade de recurso aos sistemas de incentivos se emenda e morre na teia de burocracias paralisantes e exigências de toda a espécie, ao que parece nem sempre ortodoxas, na apreciação e aprovação de projectos.

Disso não impõe culpas ao Governo, mas aproveito a oportunidade para lhe sugerir que valerá a pena mandar vigiar serviços que poderão não estar a agir da forma mais recomendável.

Nunca será demais velar pelas condições que preservem a credibilidade para a garantia do sucesso.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Se ao Alto Minho hoje já não falta tudo para poder empreender a caminhada do seu justo e necessário desenvolvimento, é porque, do muito que está feito, a maior parte se deve ao esforço ciclopico que, com tanta fraqueza de meios para tanta obra a fazer, tem sido desenvolvido pelos seus autarcas, das câmaras às juntas de freguesia, não se ignorando, e registando-se em nome da verdade, que o Governo de Portugal já inscreveu o Alto Minho no rol das suas preocupações governativas. Acreditamos que o fez

para fazer depressa e até ao fim o que lhe compete, que, na parte que lhes cabe, os autarcas continuarão a fazer jus à reiterada confiança que neles o povo tem vindo a depositar sucessivamente.

A prova de que os autarcas — e perdoem-me a imodéstia, porque também o sou — são capazes de rendibilizar, como ninguém, os poucos meios de que dispõem, decorre do que se tem passado no âmbito do Programa Operacional do Alto Minho (PROAM). Do esforço conjugado e da exemplar solidariedade que os uniu, e une, tudo sob a superior orientação de um distinto gestor dos quadros da Comissão de Coordenação da Região Norte, resultou que o PROAM foi, em 31 de Dezembro de 1991, de entre todos os programas operacionais do Quadro Comunitário de Apoio, aquele que mais elevado índice de execução real registou, ultrapassando consideravelmente os 100 %.

Foi assim possível realizar obra de fundo à escala dos municípios do Alto Minho, designadamente nas áreas de saneamento básico, abastecimento de água, lotamentos industriais, acessibilidades internas, recuperação de espaços urbanos e até algumas infra-estruturas de lazer.

Está a ser mantido o mesmo ritmo acelerado de realização e vão-se extinguindo rapidamente os fundos do PROAM, quando abundam ainda projectos, sobram problemas de base a resolver e cresce a expectativa ansiosa das populações.

O Sr. Carlos Coelho (PSD) — Muito bem!

O Orador: — Nestas circunstâncias, impõem-se, é justo e é inadiável, acelerar o fluxo de meios e reforçar os fundos comunitários do PROAM. Esperam-no e merecem-no os alto-minhotos, virados com entusiasmo para a conquista da capacidade de correcção endógena das assimetrias estruturais em que ainda vivem.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: O que é urgente para que o Alto Minho atinja para padiões de desenvolvimento compatíveis com o tempo que vivemos e trança do futuro que esperamos?

É urgentíssimo que se resolva o problema das acessibilidades do e para o exterior.

Se aqui um passo primeiro e importante está a ser dado com as novas pontes de Viana do Castelo e internacionais de Valença e Monção, o passo imediato é inadiável e tem de ser materializado no terreno pela implementação do anunciado plano rodoviário do Alto Minho, designadamente os lanços da auto-estrada Braga-Valença, a via transversal da Ribeira Lima-Viana-Arcos-Barca-Madalema-Ourense, a nova ponte sobre o rio Lima entre Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, as variantes a esta sede de concelho, o IC Porto-Viana-Caminha, a transversal interior Caminha-Paredes de Coura-Arcos de Valdevez, a conclusão da ligação Monção-Melgaço-Fronteira de São Gregório, a rectificação do traçado da estrada nacional nº 101, Braga-Monção, e a classificação de azul para a fronteira da Madalema.

Se temos a clara consciência de que a implementação deste plano custa milhões, também a temos de que a situação em que ainda se vive é de um atraso estrutural chocante, devido a longas décadas de esquecimento injusto a que o Alto Minho foi votado.

Estou também convencido que esta dívida, que largos tempos acumularam, começou e vai ser integralmente amortizada por este governo, cujo ilustre titular das obras públicas anunciou, em 10 de Janeiro, aos 10 presidentes de câmara do distrito de Viana do Castelo, aquele

plano rodoviário para ser executado num horizonte temporal próximo de 1996.

Acredito e estou optimista!

Como consequência da regressão demográfica e impiedosa desertificação, e por exigências de ordem pedagógica, é também urgente no Alto Minho redefinir a rede escolar, designadamente ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, tipificar os centros escolares e reforçar a capacidade das autarquias para suportarem os custos, sempre em alta, dos transportes e das cantinas escolares, bem como os da densificação imperiosa da educação pré-primária.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É urgente construir algumas escolas C+S, onde a realidade objectiva o justifica, como acontece em Arcos de Valdevez, para onde vêm sendo solicitadas, sistematicamente, há oito anos.

É imperioso e urgente intensificar, no Alto Minho, a formação profissional de quadros médios, pelo que a criação ali de um centro adequado é, também ela, inadiável.

Penso também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o tempo, a experiência e a justiça devida ao Alto Minho postulam que o Instituto Politécnico de Viana do Castelo se converta na Universidade do Alto Minho, com as suas escolas, existentes e a criar, distribuídas por pólos estratégicos de desenvolvimento, sabido como é que este deve ser equitativamente distribuído, e como as escolas superiores são daquele um motor altamente eficaz e potenciador dos seus recursos, designadamente os humanos.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Como o pão para a boca — e até pode ser deste a condição — impõe-se ali a necessidade de criação de incentivos específicos razoavelmente acessíveis à dinamização das actividades económicas locais, fazendo-as progredir em valor acrescentado e rendimento que motivem a fixação dos naturais e potenciem a atracção de outras gentes que ali venham por bem.

Promover a qualidade de vida pela criação de melhores condições de acesso generalizado aos equipamentos e serviços colectivos de cultura, desporto e saúde, é um outro apelo de alma daquele povo alto-minhoto, que aqui tenho a honra de representar.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Propositadamente deixei para o fim, pela sua singularíssima importância, a referência necessária às potencialidades ímpares do Noroeste de Portugal no domínio do turismo, nas suas vertentes de genuíno espaço rural, caça e pesca, tranquilidade e lazer cultural.

Turismo para que reclamamos alta qualidade e sério equilíbrio com o património, em cuja salvaguarda importa sermos inteligentemente intransigentes. E pode-se ser inteligentemente intransigente sem que tal se confunda com morosidades desesperantes e bizantinices não raras do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), ou fundamentalismos exacerbados de certos cultores da utopia.

Pensamos, pois, ser imperioso que, do mesmo passo que se ultimam os planos directores em curso, que devem dispor de inteligentes regulamentos, se conclua também o Plano de Ordenamento do Parque Nacional, que está prestes a ser concluído, que tem de levar em conta os legítimos interesses das populações residentes, sem o que o mesmo estará condenado ao fracasso.

Os reais e legítimos interesses do Alto Minho, o futuro do seu turismo e a economia das suas populações recomendam vivamente que se esteja atento à nova realidade decorrente das albufeiras de Soajo-Lindoso e São Jorge-Touvedo, no Alto Lima, cuja envolvência postula urgentemente planos de ordenamento, ao cuidado do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, com vista a travar oportunismos que rapidamente se converterão em urbanizações selvagens e em caos paisagístico e ecológico.

Não posso também calar-me sobre o silêncio que, há muitos anos, envolve o anunciado projecto de regularização do rio Lima, projecto que se previa concluído entre 1986-1988, que parece ter adormecido num sono profundo de que ameaça não acordar.

Já que dos meus falo, sinto-me obrigado a clamar que se atenda rapidamente ao que se está a passar em torno da anunciatada construção da barragem da Cela, no rio Minho, visto que aquelas populações estão em sobressalto e têm o direito de serem atendidas nas suas preocupações.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Santuário, por exceléncia, de recursos turísticos a potencial, não posso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, calar o grito que no Alto Minho se levanta contra a forma, quase humilhante, como a Secretaria de Estado do Turismo tem, ao longo de todos os tempos, ignorado as legítimas reclamações daquela região.

É inaceitável que o Alto Minho não tenha sido considerado uma REAT, um EDI ou mesmo um PDT, o que teve, como consequência, que o SIFT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo) não gastasse com todo o distrito de Viana do Castelo mais do que a insignificante percentagem de 1,7 % das verbas disponibilizadas no todo nacional.

É insustentável, por gravosamente injusto, que o novo SIFT possa vir a definir uma política de investimento turístico que privilegie os «Algarves» (plural, porque há vários) em renovado esquecimento e prejuízo do Alto Minho com as suas especificidades do seu turismo diferente esperança maior do futuro, também ele outro e melhor, a que temos direito.

Se no próximo SIFT tiver de haver zonas de privilégio, a primeira haverá de ser o Alto Minho, até porque o privilégio deixará de o ser por se tratar apenas da reposição da justiça. Ao reclamá-lo com veemência, faço-o por dever e convicção, na certeza de que S. Ex.º o Secretário de Estado e o Governo saberão entendê-lo no preciso sentido da justeza das razões objectivas, que subjazem ao meu discurso.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: A minha condição de Deputado em exercício por apenas 30 dias e o mundo de problemas com que ainda se debate a região que particularmente represento alongaram esta minha intervenção, sem atingir, todavia, o proveito de ser expositivo.

Para aquele Noroeste de Portugal, no passado tão esquecido, eu vim tão-somente concluir-lhe o legítimo direito de ter presente e de chegar a horas ao futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Américo de Sequeira quis ter a gentileza de fazer uma referência à Mesa, em particular a mim, aos Srs. Deputados em geral e aos funcionários desta Casa. Em nome deles agradeço-lhe essa

referência e, em meu nome pessoal, não posso deixar de dizer que muito me apraz ouvir nesta Casa quem aqui esteve no início do nosso funcionamento democrático — e o Sr. Deputado Américo Sequeira foi um deles.

Por outro lado, falou do concreto no meio do geral — e as galerias estão hoje cheias de quem pretende conjugar, dia-a-dia, o local e o nacional, o concreto e o geral. As suas palavras — e por ser as que pôde proferir hoje, visto que vai suspender o seu mandato — são também uma homenagem a todos aqueles que labutam no campanário, para tornar os Portugueses mais felizes.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS e do PSN.

Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 17 horas e 25 minutos.

ORDEM DO DIA

Srs. Deputados, vamos dar início ao período da ordem do dia. O Sr. Secretário vai dar conta de três pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal da Comarca de Lisboa, a Comissão de Regimento e Mandatos decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Guilherme Silva a prestar declarações, como testemunha, em processo que se encontra pendente naquele Tribunal.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado independente Mário Tomé.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal da Comarca do Porto, a Comissão de Regimento e Mandatos decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado João Mota a prestar declarações, como testemunha, em processo que se encontra pendente no Tribunal em causa.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado independente Mário Tomé.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal da Comarca de Lisboa, a Comissão de Regimento e Mandatos decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Correia Afonso a prestar declarações, como testemunha, em processo que se encontra pendente naquele Tribunal.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado independente Mário Tomé.

Srs. Deputados, vamos de seguida proceder à discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.º 29/VI — Garante a membros das juntas de freguesia, em certos casos e condições, o exercício do mandato em regime de permanência, com vista ao reforço dos meios de actuação dos órgãos da freguesia (PCP) e 66/VI — Regime aplicável ao exercício do mandato dos membros das juntas de freguesia (PS).

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Lourdes Hespanhol.

A Sr.ª Lourdes Hespanhol (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate de hoje diz respeito a todo o cidadão português, na medida em que este é parte integrante de uma sociedade que hoje questiona, de forma objectiva e prática, a coerência existente entre as palavras e os actos. De facto, liberdade, democracia, participação activa das populações no poder, descentralização, autonomia, são, ainda hoje, na grande maioria dos casos, palavras destituídas de sentido prático quando relacionadas com a realidade autarquia/freguesia.

A freguesia, primeiro patamar do poder, patamar acessível a todos os cidadãos, a todos os fregueses, já é hoje, na prática, uma autarquia que responde a muitos problemas das populações, uma vez que está mais perto deles e porque conhece melhor os problemas.

Não basta reconhecer o importante papel desempenhado pelos eleitos nas freguesias, é necessário adequar a legislação por forma a possibilitar aos eleitos o aprofundamento desse papel na prossecução do grande objectivo que, de forma «heróica», vêm perseguindo, isto é, «servir melhor as populações».

Ao referir «forma heróica» estou a fazer justiça aos homens e mulheres que, de Norte a Sul do País, a qualquer hora do dia ou da noite, nas suas horas de lazer, atendem as populações, programam, dinamizam e estudam as soluções para os problemas que lhes são colocados.

A obra do poder local está afiada, já fez história, mas só foi possível com o trabalho dos eleitos. Aqui cabe uma referência especial aos eleitos das mais de 4000 freguesias de todo o País, cada uma com as suas características, mais rurais ou mais urbanas, e com os seus problemas — muitas sem terem ainda satisfeitas as necessidades básicas, outras preocupadas com um vasto leque de questões colocadas por todo o tipo de necessidades, algumas situadas muito longe da sede do concelho onde o eleito, para ir à Câmara, tem de perder ou gastar um dia de trabalho, outras situadas nos grandes centros onde se avolumam problemas que carecem de tratamento hora a hora, minuto a minuto.

Aliás, em reunião com eleitos da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) foi referido que numa freguesia, só num dia, tinha havido 700 atendimentos! Quem faz este trabalho? Em que circunstâncias? Com que tempo?

Este é um trabalho feito sem tempo nem hora, nem remuneração! É trabalho feito na hora de descansar, de apoiar a família — aliás, problemas familiares têm surgido por excessiva dedicação dos eleitos à causa das freguesias em detrimento do apoio familiar. Na verdade, há famílias a atingir a ruptura, há eleitos a atingir estados de cansaço e exaustão complicados! É trabalho que é feito como trabalho voluntário e que já mostrou e demonstrou ser imprescindível às populações e ao País.

É, pois, importante que tenhamos consciência da importância deste trabalho, particularmente os partidos que não apresentaram ainda projectos de lei sobre esta matéria.

É importante que recordemos um debate realizado no Senado, por iniciativa do PCP, com eleitos das freguesias, de todos os quadrantes políticos, em que os autarcas colocavam, de forma veemente, a necessidade de ter tempo para dar resposta ao volume de trabalho que dia-a-dia é colocado em cada freguesia. Alguns autarcas presentes falaram da sua experiência, explicando que dispunham de mais tempo pelo facto de serem reformados mas, mesmo assim, esse tempo, por vezes, era pouco para todas as solicitações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: De facto, as freguesias não podem ficar à espera de ter um autarca reformado que possa dar-lhes toda a atenção que requerem — e digo isto com todo o respeito por esses autarcas, que têm um desempenho notável quando deveriam estar a descansar depois de uma vida de trabalho.

As freguesias são o exemplo claro e vivo do que é o entrosamento do poder com as populações: elas representam uma grande riqueza potencial no plano das possibilidades de desenvolvimento da democracia participativa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desde há muitos anos que, nas diferentes instâncias, desde a Assembleia da República aos municípios, o PCP tem orientação favorável ao fortalecimento das freguesias.

Durante muitos anos o legislador remeteu para cada município a transferência de responsabilidades e recursos financeiros. Depois de feito, com cuidado, um levantamento no País sobre o binómio «transferência de responsabilidade/recursos financeiros», chegou-se à conclusão de que é na administração CDU que há mais verbas e maiores competências atribuídas às freguesias. Como exemplo, refiro a Câmara Municipal de Almada, que, neste ano, irá transferir para as freguesias 36,3 % do FEF em receitas correntes, quando, por lei, teria de transferir apenas 10 %, e em 1991 essa transferência foi de 33,8 %.

Desta experiência feita há que retirar duas ilações: primeira, que as freguesias têm capacidade, com vantagem para as populações, de assumir as tarefas e a gestão dos recursos financeiros; segunda, que não se pode deixar tudo aos municípios, sendo mais eficaz, rentável e gratificante a participação e complementariedade dos diferentes órgãos de gestão.

Aproveitando a experiência existente, há vantagens em que seja a própria lei a definir um quadro mínimo de descentralização administrativo-financeiro.

De facto, fazemos referência a um quadro mínimo devido à enorme diversidade de freguesias que temos do Minho ao Algarve, mas apesar disso há um conjunto de problemas que é comum a todas elas. Depois, a assunção de mais competências será caso a caso discutida e assumida de acordo com as possibilidades e necessidades de cada freguesia, assim como a respectiva descentralização administrativo-financeira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A instituição do poder local democrático, conquista alcançada com o 25 de Abril (data histórica que já nesta semana vamos comemorar), foi sendo formada e tomado corpo num quadro de aspirações das freguesias que o PCP tem apoiado e sustentado. Este quadro de aspirações tem sido aprofundado pelos eleitos nas suas associações representativas: a ANAFRE e a ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses), que têm congregado esforços e tomado posição reivindicando da parte do Governo e da Assembleia da República a resposta adequada a essas legítimas aspirações.

Não se trata de «pedinchar» mas tão-só de exigir a resposta, na letra da lei, à prática que já está no terreno.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Esta exigência está bem expressa nas conclusões do II Congresso da ANAFRE, nas suas tomadas de posição públicas e no texto da petição entregue nesta Assembleia com mais de 13 000 assinaturas.

O colóquio realizado em 1989, sobre o papel das freguesias na administração portuguesa, dinamizado pela ANAFRE, assim como o debate realizado em Março de 1990 na AR, dinamizado pelo PCP, vieram reavivar ainda mais a necessidade e a importância de reforçar os poderes e meios para as freguesias e a necessidade de fazer uma reforma.

Essa reforma tem vários aspectos. Trata-se de atribuir às freguesias um nível de competências próprias, nomeadamente: estabelecer os mecanismos de, por protocolo, outras competências poderem ser exercidas pelas freguesias; reforçar adequadamente os meios financeiros que as freguesias devem receber por direito próprio para exercerem as suas competências; permitir e incentivar as associações públicas de freguesias tendo em vista a sua eficiência; garantir condições de exercício de mandato aos eleitos, incluindo o regime de permanência indispensável à total entrega dos eleitos às funções que lhe estão cometidas.

Todos estes aspectos da reforma legislativa necessária devem ser devidamente analisados, de forma integrada. Da nossa parte, empenhamo-nos firmemente nestes objectivos — aliás, foi o PCP que, pela primeira vez, em Abril de 1986, apresentou um projecto de lei sobre o regime de permanência; foi o PCP quem primeiro, em Junho de 1989, apresentou um projecto de lei para reforço das competências das freguesias; foi o PCP quem sempre propôs o reforço dos meios financeiros das freguesias.

Para além disso, temos presentes aqui na Assembleia da República, nesta legislatura, os seguintes projectos de lei: n.º 28/VI, n.º 29/VI e, ainda, n.º 27/VI, sobre apoio à instalação de novas freguesias.

Na verdade, o PCP entende que deve resolver-se este problema com a maior urgência, dignificando a autarquia/freguesia e os seus eleitos que dedicadamente nela exercem o seu mandato.

O projecto de lei n.º 29/VI, apresentado pelo PCP, visa permitir, em certos casos e condições, uma maior dedicação e disponibilidade dos autarcas das juntas de freguesia, através da instituição do regime de permanência. Há quem argumente que o bom trabalho das freguesias é «bom porque é voluntário». Este é um falso argumento que serve, tão-só, para justificar uma omissão deliberada na lei.

É inegável e importantíssimo o valor do trabalho voluntário, por isso mesmo pensamos que não deve ser negado, pelo contrário, deve ser permitido que, em certos casos e condições, aqueles que quiserem dar mais esforço, entregando-se totalmente às funções respectivas, possam fazê-lo! É incompreensível que essas freguesias possam ter vários funcionários e não possam ter, em regime de permanência, o eleito e, por isso mesmo, responsável perante a população.

No referido projecto de lei, apresentado pelo PCP, as soluções propostas estão cívadas da prudência necessária ao estabelecer, desde logo, no artigo 3.º, um número máximo de membros das juntas em regime de permanência de acordo com critérios que são tidos como razoáveis tendo em atenção as experiências recolhidas.

O PCP não impõe a existência de membros a tempo inteiro nas juntas mas, antes, propõe que seja a assembleia de freguesia, sob proposta da junta, a deliberar sobre a sua existência ou não.

Propõe-se ainda que seja estabelecido um princípio justo de repartição de encargos com o município, que permita que as freguesias mantenham um nível razoável de disponibilidade financeira, mas fazendo-as participar em 50% do montante respectivo, por forma a cumprirem os compromissos por si deliberados.

O PCP não incorre no erro de limitar o alcance deste projecto de lei à estrita vertente do pagamento dos encargos, como é o caso de outros. A nossa visão do problema é mais lata! Importa, pois, clarificar que a remuneração por um trabalho prestado é justa e é devida a quem o presta! Os eleitos das freguesias não têm que sentir «peso na consciência» por verem remunerado um trabalho, se for caso disso, a tempo inteiro ou a meio tempo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — De facto, hoje os autarcas das freguesias pagam para exercerem o cargo!

Os autarcas dos municípios não são remunerados? Os Deputados? Os membros do Governo? É verdade que são! Foram eleitos para desempenhar um trabalho! E os autarcas das freguesias não? Onde está a justiça social? Onde está a equidade? A transparéncia?

Um exemplo do sentimento inculcado em alguns autarcas das freguesias são as declarações prestadas por um presidente de junta, do PS, que afirmou ao jornal *Público* que os autarcas sentem, cada vez mais, uma maior dificuldade em atender as necessidades das populações e sentem-se frustrados com a falta de meios. E termina dizendo: «[...] Hoje já somos o cepo das marradas, imagine-se agora se recebessemos um ordenado.»

Na verdade, este desafabo traduz um sentimento de revolta contra uma administração que não permite o nível de realização desejável para as necessidades das populações, ao mesmo tempo que imagina sentir-se culpabilizado por ter acesso a dinheiro, justo e devido ao seu trabalho, mas que julga mais útil à causa da sua freguesia.

É com o jogo de palavras entre o elogio do trabalho voluntário na obra do poder local e a negação dos seus direitos que o PSD e Governo têm vindo sistematicamente a desrespeitar a Constituição da República, segundo um estudo do Dr. Jorge Miranda (10 Proposições sobre a Freguesia na Constituição e a Carta Europeia da Autonomia Local).

É utilizando malabarismos de toda a espécie que o PSD tem vindo, sistematicamente, a impedir o desbloqueamento que se faz sentir na reforma legislativa, ...

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Isso não é verdade!

A Oradora: — ... que deverá potenciar e desenvolver as virtualidades das freguesias, uma vez que são elas que constituem a maior rede de descentralização democrática do Estado.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — O que o PSD não faz é demagogia!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O projecto de lei n.º 29/VI, apresentado pelo PCP, é parte importante de um conjunto de projectos que visam o reforço

e o fortalecimento das freguesias com o objectivo de perspectivar e aprofundar o já concretizado renascimento das freguesias, junto do seu trabalho e esforço, que foi ao longo dos anos contrariado por teses de grandes administrativistas, como, por exemplo, Marcelo Caetano e Freitas do Amaral, que preconizavam a extinção das freguesias.

Esta reforma global que o PCP propõe vai no sentido de reforçar e fortalecer todo o edifício do poder local. Acreditamos que o poder local ganhará com a criação das regiões administrativas, será reforçado com o aprofundamento das garantias de autonomia e ficará mais forte com a dignificação e fortalecimento das freguesias.

O processo de fortalecimento das freguesias não é feito contra nenhuma das estruturas do Estado e da vida política, bem ao contrário, é feito a seu favor e a favor dos interesses populares e do direito de participação das populações.

O debate que hoje aqui travamos é, pois, da maior importância para as freguesias e para todos os eleitos que integram os seus órgãos.

Assim, não temos dúvidas em afirmar que as esperanças dos homens e mulheres que constroem o dia-a-dia das freguesias estão hoje, inteiras, no que aqui fizermos.

O que está em questão não é só aprovar estes projectos de lei sobre o regime de permanência, com as concretas soluções que nele estão apresentadas. O que se espera é um sinal, por parte da Assembleia da República, de que é capaz de reconhecer a freguesia e a sua importância, a necessidade da sua dignificação, a urgência de uma profunda reforma legislativa que permita que a freguesia ocupe o lugar a que tem direito.

Ao fazermos agora a discussão deste projecto de lei, consideramos que estamos a colocar à Assembleia da República a necessidade de uma reforma global. Começamos por esta matéria e esperamos um sinal positivo!

Aplausos do PCP, de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Adriano Moreira.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, inscreveram-se, para formular pedidos de esclarecimentos, os Srs. Deputados Silva Marques e Carlos Marta Gonçalves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, a questão que tratamos hoje aqui não pode ser resolvida através de propostas que, permita-me a expressão, relevam de uma profunda demagogia — isto para não dizer demagogia e ligeireza inaceitável —, face a questões fundamentais que respeitam à vida administrativa do nosso país.

Repare, Sr.ª Deputada: se o meu partido não tem tido uma atitude suficientemente positiva face a estes problemas, ao menos tem respeitado o poder local! Não tem agido no sentido de diminuir as realidades do poder local!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Isso carece de demonstração!...

O Orador: — É um ponto de honra do meu partido e inegável! Em contrapartida, o partido da Sr.ª Deputada, quando teve influência governativa, que fez a favor das freguesias? Nada! E podemos perguntar: não teve tempo?

Teve, só que escolheu para as suas urgências algo de muito diferente das freguesias. Fez as nacionalizações num dia, o que é algo de muito mais complexo e volumoso do que a questão das freguesias! Teve tempo para fazer as nacionalizações mas não pensou nas freguesias!

De facto, o seu partido podia, de acto contínuo, alterar o estatuto das freguesias, mas não o fez. E porquê? Porque o seu partido não pensava nas freguesias mas, sim, no poder central, mais do que qualquer outro partido. Por isso, Sr.^a Deputada, seja mais sóbria ao invocar hoje, que é oposição, os direitos das freguesias!

Para além disso, também o próprio PS, quando teve a sua fase de decisão governativa, que fez pelas freguesias? Nada! Ou melhor, retirou-lhes direitos!

Vozes do PS: — Não é verdade!

O Orador: — Não só às freguesias, como também aos próprios municípios!

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Orador: — Não apoiado? Como, Srs. Deputados?! São os factos! Os senhores, inclusivamente no domínio do financiamento, cólócaram às autarquias perante o vazio total! Foi o meu partido que criou um esquema de financiamento das autarquias minimamente objectivo e garantido!

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Foi a Assembleia da República, Sr. Deputado!

O Orador: — Por isso, Sr.^a Deputada do Partido Comunista Português, seja mais sóbria quando critica o meu partido, que ainda não fez tudo o que há para fazer...

Vozes do PS: — Nem quer fazer!

O Orador: — ... no domínio do poder local, mas que eu desejo que avance no sentido de dar respostas positivas aos autênticos problemas do poder local.

E permita-me um parêntesis, Sr.^a Deputada: quando aqui discutimos — e foram muitas as vezes —, por vossa iniciativa e também dos socialistas, o tema relativo às regiões administrativas, as galerias têm-nos brindado com o vazio, mas hoje...

Vozes do PCP: — Vazio? Olhe para lá! Hoje estão cheias!

O Orador: — Pois, Sr.^a Deputada, hoje, que discutimos as freguesias, as galerias estão cheias, o que significa que o movimento das freguesias é um problema autêntico do nosso país, que merece resposta, mas não uma resposta demagógica.

Raparem, Srs. Deputados: os senhores mesmos, comunistas, quantas vezes não mudaram já de opinião relativamente à questão da permanência dos autarcas nas juntas de freguesia? Quantas vezes? Quantas vezes os senhores não alteraram já o número exigível para a permanência? Também os socialistas têm procedido do mesmo modo — aliás, já nesta sessão legislativa mudaram de opinião...

Por isso, Sr.^a Deputada, devo dizer-lhe que é preferível não ter projecto de lei do que apresentar um que seja demagógico, que vise responder a problemas parcelares sentidos pelas populações, em vez de dar a resposta glo-

bal de que o País carece, no sentido de dar uma resposta positiva e útil à sua organização para vencer os desafios do futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Sr.^a Deputada Lourdes Hespanhol, há mais um orador inscrito para formular pedidos de esclarecimento. Deseja responder já ou no fim?

A Sr.^a Lourdes Hespanhol (PCP): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves.

O Sr. Carlos Marta Gonçalves (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Lourdes Hespanhol, gostaria de colocar-lhe algumas questões. O PCP apresentou como justificação para este projecto de lei, que é uma repetição do anterior, o compromisso assumido no seu programa eleitoral. Naturalmente que os Portugueses não reconheceriam a validade das suas propostas e, por isso, não nos parece lógico levar agora a cabo uma iniciativa que os Portugueses maioritariamente rejeitaram.

O Sr. João Amaral (PCP): — Não é lógico?! Essa agora!

O Orador: — Por outro lado, o projecto do PCP encerra a falsa ideia de permitir, em certos casos e condições, o regime de permanência.

A proposta do PCP — e é bom que todos o saibam — é tão abrangente que atinge praticamente todas as freguesias. Por isso, pergunto: quantas freguesias não são abrangidas pelo vosso projecto?

A segunda questão que quero colocar-lhe é a seguinte: a Sr.^a Deputada pensa que é justo, lógico e coerente que o presidente de uma junta de freguesia com 1000 eleitores ganhe o mesmo que um vereador a tempo completo?

A minha terceira questão tem a ver com o seguinte: no artigo 5.^º do vosso projecto de lei não se reconhece ao presidente da junta os poderes de escolher todos os membros em regime de permanência quando o seu número, em regime de tempo completo, for igual ou superior a dois. Nesta situação, pode verificar-se a possibilidade de exercer funções, a tempo inteiro ou a meio tempo, membro ou membros da junta que nem sequer tenham funções distribuídas pelo presidente nos termos do n.^º 4 do artigo 23.^º do Decreto-Lei n.^º 100/84. Sr.^a Deputada, não entende V. Ex.^a que esta situação pode criar problemas na gestão e funcionamento das juntas de freguesia?

A última pergunta que quero fazer-lhe é a seguinte: o PCP diz que fez uma consulta directa aos eleitos das freguesias, que foram ouvidos centenas de membros de juntas de freguesia. Sr.^a Deputada, gostaríamos de conhecer os resultados dessa consulta partidária.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Lourdes Hespanhol.

A Sr.^a Lourdes Hespanhol (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Silva Marques, a sua intervenção de hoje foi uma das mais confusas e contraditórias de todas as que jamais fez. Acredito que o Sr. Deputado, sabendo que nós, temos razão, não esteja à vontade e, por isso, não tenha

conseguido ser explícito nem claro nem tenha conseguido deixar de «meter os pés pelas mãos». Assim, encaro a sua intervenção como uma brincadeira, porque não a considero à altura das que o Sr. Deputado costuma fazer, o que resulta tão-somente de o Sr. Deputado saber que, na realidade, os homens e as mulheres que trabalham nas freguesias são competentes. De facto, o seu trabalho prova que o desempenho das suas funções é imprescindível às populações.

O Sr. Deputado fez muito bem em lembrar-me que o PCP tinha assumido este compromisso com os eleitores. Esqueceu-se, no entanto, que VV. Ex.^{as} também se comprometeram com o eleitorado a reconhecer o papel que as freguesias têm desempenhado na administração local portuguesa.

O Sr. João Amaral (PCP): — Só que agora negam-no!

A Oradora: — Agora, Sr. Deputado, os senhores nunca quiseram cumprir aquilo que prometeram. O que os senhores quiseram foi ganhar votos na campanha eleitoral e agora esquecem todas e quaisquer promessas feitas nessa altura. Relembro, porque o Sr. Deputado pode estar esquecido, o modo como manipularam o vosso projecto que, aquando da sua apresentação, contemplava apenas as juntas de freguesia com mais de 20 000 eleitores, número este que depois foi substituído para 15 000. Posteriormente, fizeram baixar o projecto à respectiva comissão por 30 dias e, finalmente, retrataram-se e acabaram por retirar o projecto, impedindo o reforço das competências e dos meios financeiros para as freguesias. O que os Srs. Deputados defendem é aquilo que o PSD e o Governo defendem: a centralização do poder!

Vozes do PSD: — Não é verdade!

A Oradora: — E isso está bem patente no facto de se coartar a descentralização das transferências dos meios financeiros para as freguesias.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para que efeito?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Para exercer o direito de defesa da consideração.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Faça favor.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, não brinco quando discuto os problemas do meu País.

Por outro lado, discordo de V. Ex.^a no seguinte: não troço da vossa bancada! Respeito-a! Os senhores têm os vossos combates, segundo as vossas convicções. Eu discordo e oponho-me mas não brinco! E, sobretudo, espero que também não o faça quando discute os problemas do seu País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Repare, Sr.^a Deputada: não quis ir mais longe na exposição dos meus argumentos e, sobretudo, na apresentação dos factos contra os senhores. Quando vos perguntei por que é que os senhores tiveram tempo para fazer as nacionalizações e não o tiveram para afirmar o estatuto das freguesias, poderia ainda ter dito que os senhores não só se interessaram apenas pelas nacionalizações como até desprezaram as freguesias!

Vozes do PCP: — É falso!

O Orador: — Os senhores impediram que milhares de homens, dos melhores portugueses, pudessem ser eleitos nas primeiras eleições autárquicas. E, isto, porque os consideravam fascistas, quando eles, no fundo, eram homens bons das suas terras e das suas comunidades.

Protestos do PCP.

Srs. Deputados, não queiram que eu continue! Os senhores interessaram-se, sim, para além das nacionalizações e de liquidar milhares dos melhores portugueses nas suas comunidades, pelas comissões populares, pelas comissões de moradores, mas pelas freguesias não!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Ele sabe, porque tomou parte nisso! É a experiência a falar!

O Orador: — Foi isto que quis dizer-vos, quando a Sr.^a Deputada acusou o meu partido de ter prejudicado o poder local. E, em vez de dizer que estou a brincar, Sr.^a Deputada, responda-me com factos contra factos e argumentos contra argumentos. Mas não volte a dizer, Sr.^a Deputada, que eu brinco quando discuto as questões políticas que dizem respeito ao meu País, porque também não faço isso relativamente ao que V. Ex.^a diz. Discordo e luto, porque é isso que cada um de nós tem a obrigação de fazer quando está em causa o País a que pertencemos.

O Sr. João Amaral (PCP): — Está a dizer isso mas é o maior estalinista desta Casa!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para dar explicações, tem a palavra a Sr.^a Deputada Lourdes Hespanhol.

A Sr.^a Lourdes Hespanhol (PCP): — Sr. Deputado Silva Marques, penso que o senhor continua a seguir a linha da intervenção anterior.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — De facto, continua a querer distrair a atenção da questão central, que é a do reforço e da dignificação dos eleitos das freguesias e da autarquia/freguesia, conduzindo este debate para questões laterais, questões essas que foram importantes no seu tempo e com as quais o senhor esteve de acordo e que hoje vem colocar só para distrair a atenção, para dizer que o PCP agora tem razão, mas que, em tempos, esta razão não era igual à que tem hoje.

Sr. Deputado Silva Marques, isto não colhe! Sei que o senhor até nem pensa o que, obrigatoriamente, tem de dizer, por pertencer a essa bancada, ...

Risos do PS.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Essa é boa!

A Oradora: — ... mas, em princípio, acredito que todos os homens são bons e não vou acreditar que o Sr. Deputado Silva Marques é mau.

O Sr. Silva Marques (PSD): — A prova de que sou bom é que saí do PCP!

A Oradora: — Portanto, acredito que o Sr. Deputado, conscientemente, sabe que é verdade que as freguesias são importantes, que elas têm necessidade de ser dignificadas e que isso não se faz com as palavras que proferiu, mas, sim, colocando na letra da lei aquilo a que os autarcas têm direito, e aquilo a que as populações e as freguesias aspiram.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gameiro dos Santos.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Faço um pequeno aparte inicial para responder ao Sr. Deputado Silva Marques.

Sr. Deputado, já estamos habituados aos seus excessos, às suas tropelias, mas terá que compreender que não podemos consentir nas falsidades. E. V. Ex.^a cometeu aqui uma falsidade referindo que esta Lei das Finanças Locais é uma lei do Governo e do PSD quando foi uma lei aprovada por unanimidade na Assembleia da República; mas o que é lamentável — tenho que lhe dizer aqui frontalmente — é que foi o seu governo que perverteu o espírito do legislador, que perverteu o espírito dos parlamentares que aprovaram, por unanimidade, essa lei.

Aplausos do PS.

Foi o seu partido que, ao longo dos anos, ao aplicar de uma forma desvirtuada essa lei, retirou milhares de contos às autarquias locais e, não contente com isso, neste último Orçamento do Estado para 1992 o que é que fez? Retirou, mais uma vez, cerca de 53 milhões de contos aos municípios e às freguesias.

Mas V. Ex.^a referiu também outra coisa que é importante, ou seja, que o Partido Socialista apresentou agora propostas para aperfeiçoar o seu projecto. E sabe porquê, Sr. Deputado? Porque o Partido Socialista sabe dialogar com os autarcas. O Partido Socialista dialogou com a ANAFRE, com os autarcas das freguesias e foi desse diálogo que nasceram os aperfeiçoamentos ao nosso projecto de lei que agora apresentamos. Essas alterações dão-nos muita honra, ...

Aplausos do PS.

... ao contrário da falta de diálogo e da arrogância que VV. Ex.^{as} vêm mantendo com os autarcas portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As freguesias, pilão essencial do poder local, têm desenvolvido, ao longo dos anos e em estreita colaboração com os municípios, um papel determinante no desenvolvimento e progresso das comunidades locais. Têm sido as freguesias, por melhor conhecem os hábitos, costumes e tradições dos cidadãos, os melhores intérpretes de uma gestão descentralizada e participada.

No entanto, têm vindo a exercer as suas atribuições em condições muito difíceis, quer por falta de estruturas quer por falta de recursos financeiros. Basta lembrarmo-nos das inúmeras freguesias que não dispõem de sede nem vislumbram condições de a obter. Basta recordarmos a asfixia financeira a que as autarquias têm estado sujeitas e de que o Orçamento do Estado para 1992 é o último e gritante exemplo, ao retirar-lhes cerca de 53 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As freguesias não podem continuar a ser o parente pobre da Administração Pública. Não é legítimo que o Governo continue a aumentar as receitas do Estado e a diminuir o peso das transferências do Orçamento para as autarquias; que de 1985 a 1992 — em plena vigência dos governos do PSD — passaram de cerca de 10% para 5% das receitas fiscais, colocando-as, cada vez mais, na cauda da Europa. Não é justo, depois de, por unanimidade, termos ratificado na Assembleia da República a Carta Europeia da Autonomia Local, que o Governo e o PSD continuem a marginalizar os municípios e as freguesias.

O Partido Socialista, assumindo as suas responsabilidades, quer ver respeitado o grande princípio da Carta Europeia de Autonomia Local, que refere que «o exercício das responsabilidades públicas deve caber, de uma forma geral e de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos». É por defendermos uma profunda reforma da administração pública no sentido de uma efectiva descentralização de competências, apresentámos na Assembleia da República um conjunto de projectos de lei que visam a criação das regiões administrativas, o reforço das atribuições e competências das autarquias locais, desigualadamente a gestão de equipamentos colectivos, o desenvolvimento da acção social, o apoio à habitação social, etc., a revisão da Lei das Finanças Locais (de forma a que, num período de cinco anos, os recursos financeiros a transferir para as autarquias, designadamente as freguesias, passem para o dobro em termos reais) e a flexibilização da gestão autárquica, através da criação de empresas municipais, intermunicipais e regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As árduas e absorventes tarefas desenvolvidas pelos autarcas das freguesias exigem uma grande disponibilidade de tempo, só compatível com um estatuto remuneratório justo, equilibrado e digno. Neste sentido, o PS apresenta um projecto de lei, com as adequadas correções de especjalidade, que permite aos autarcas das freguesias o exercício do mandato a tempo completo; nas freguesias com mais de 10 000 eleitores; nas freguesias com mais de 7500 eleitores e mais de 100 km² de área; nas freguesias com mais de 1500 eleitores desde que as despesas com as respectivas reuniões sejam suportadas pelas juntas e não ultrapassem 10% da receita total da última conta de gerência e do orçamento em vigor. Permite ainda o exercício do mandato a tempo parcial; nas freguesias com mais de 5000 e menos de 10 000 eleitores; nas freguesias com mais de 3500 eleitores e 50 km² de área e ainda nas freguesias com mais de 1000 eleitores; desde que as despesas com as respectivas remunerações sejam suportadas pelas juntas e não ultrapassem 10% da receita total da última conta de gerência e do orçamento em vigor.

Mas o nosso projecto dá ainda a possibilidade de o exercício do mandato a tempo completo ou parcial poder ser exercido pelo presidente da junta ou por outro qualquer elemento e ainda reforça as compensações aos titulares das juntas de freguesia que não têm condições para o acesso ao regime de mandato a tempo completo ou parcial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que pensa o PSD desta matéria, depois de ter aprovado na Assembleia da República a Carta Europeia de Autonomia Local? A fazer fé na falta de iniciativa do Governo e do Grupo Parlamentar do PSD, as freguesias vão continuar a ser ignoradas como até aqui. Com a falta de diálogo e a arrogância que lhe é peculiar, o PSD trata os autarcas das freguesias como «cidadãos de 2.º». Recusa-se, inclusivamente, a reconhecer a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) como legítima representante das freguesias portuguesas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A experiência rica e plural da ANAFRE, a forma como vem, com grande sentido de Estado, defendendo os interesses das comunidades locais, leva o Partido Socialista a apresentar nesta Câmara um projecto de lei que confere à ANAFRE o estatuto de parceiro, relativamente ao Estado, para as questões que directamente lhe dizem respeito, designadamente consignando o direito de participação no processo legislativo através de consulta prévia pelos órgãos de soberania.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista quer que a construção europeia se alicerce nos princípios da democracia e da descentralização do poder.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Manuel Queiró e Silva Marques.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Deputado Gameiro dos Santos, o Partido Socialista apresenta aqui uma versão revista e diminuída da iniciativa do Partido Comunista e fundamenta-a em considerações com as quais o CDS não pode deixar de estar de acordo. Estamos solidários com o problema das freguesias, com o problema dos presidentes e dos restantes membros das juntas de freguesia, que não têm condições, nem meios financeiros, nem competências suficientes para responderem aos problemas que diariamente as comunidades lhes colocam.

Simplesmente, Sr. Deputado, a questão é saber se se pode discutir e aprovar um aumento de condições para os titulares de cargos, nomeadamente os membros das juntas e particularmente os seus presidentes, envolvendo remunerações, sem que nenhum dos verdadeiros meios de actuação esteja assegurado às freguesias. Isto é, pergunto se o Partido Socialista e o Partido Comunista não estarão a avançar pelo lado errado.

É claro que sei que há muitos autarcas do Partido Socialista que entendem que é preciso começar por qualquer lado, mas a isto chama-se começar pelo fim. As freguesias continuariam, se fossem aprovados os projectos do Partido Socialista e do Partido Comunista, sem as competências e sem os meios de actuação. Continuariam a enfrentar o descontentamento das populações pelo facto de não conseguirem dar respostas, mas passariam a ser remunerados os seus titulares. E isto não só não vai resolver o problema, como o agravará, uma vez que 50% dessas remunerações teriam que ser custeadas pelas próprias freguesias.

O Partido Socialista e o Partido Comunista aceitaram que se agendasse este debate sem a inclusão das iniciativas legislativas, que foram apresentadas, no sentido de rever as competências e os meios financeiros para as freguesias e, portanto, têm que se sujeitar a esta crítica. Isto é, não se pode começar pelo fim e eventualmente agravar o problema em vez de encontrar uma solução.

A pergunta que lhe quero colocar prende-se com estas considerações e tem a ver com uma declaração que é atribuída a um presidente de junta eleito pelo Partido Socialista que diz: «hoje já somos o cepo das marradas — é a linguagem que utiliza —, imagine-se agora se recebessemos um ordenado». Em face disto, não parece ao Partido Socialista que a discussão destas matérias deveria ser feita numa altura em que fosse possível fazê-lo conjuntamente com iniciativas legislativas que providenciassem às freguesias os meios para responderem aos problemas das populações?

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Sr. Deputado, havendo mais oradores inscritos para pedidos de esclarecimento, V. Ex.º deseja responder já ou no fim?

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Então tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado Gameiro dos Santos, eu não disse que tinha sido o meu partido que fez a Lei das Finanças mas, sim, que foi com o meu partido e com este governo. Foi essa a minha expressão porque gosto de discutir, de divergir, mas não preciso de utilizar falsos argumentos ou factos inventados.

E discutindo concretamente o que está na ordem do dia, pergunto, Sr. Deputado, se devemos caminhar de forma atribiliária na alteração do nosso ordenamento administrativo ou devemos procurar fazê-lo de forma coerente no sentido de dar uma resposta positiva à modernização do País? Penso que temos que avançar de forma coerente. Não podemos criar novos políticos profissionais ao nível das freguesias.

É discutível — e esta é uma questão importantíssima a discutir — se a classe política deve evoluir no sentido do alargamento da sua profissionalização. Penso que não, que quanto mais restrita for a profissionalização da classe política melhor e maiores são as garantias da ligação dos políticos à sociedade e a sua própria mutação.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Isso agora não interessa.

O Orador: — Não vos interessa? Que essa discussão não vos interessa, já sabia, pois os senhores têm uma visão burocrática da política e, portanto, o que vos interessa é a existência de profissionais políticos. Para o vosso partido, quantos mais profissionais melhor e quanto maior for o aparelho, quer do Estado quer do partido, melhor, mas a nossa visão é diferente e, pelo menos, é uma questão que merece discussão.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Gameiro dos Santos, para além da Lei das Finanças Locais, que também foi aprovada com o nosso voto, quem é que criou um programa consistente e plurianual de construção de sedes de juntas de freguesia? Foi o Governo que eu apoio, foi o meu partido e não o seu. Quem é que votou a criação dos actuais abonos atribuídos aos membros das juntas de freguesia? Foi o meu partido que teve essa iniciativa e não o seu, que, no entanto, foi governo vários anos antes do meu.

Por isso, Sr. Deputado, não nos acuse de estarmos a retirar terreno ao poder local, pode acusar-nos, sim, de estarmos numa posição reflexiva há demasiado tempo.

Eu próprio penso que o meu partido tem a obrigação de avançar mais rapidamente nas soluções do reordenamento administrativo do País, mas, repito, prefiro que o meu partido pondere maduramente sobre essa questão e não pratique actos precipitados e meramente demagógicos, porque, acima de tudo, o que quero é, de facto, o bem do meu País, a sua modernização! e, por consequência, a própria afirmação do poder local e das freguesias.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Gameiro dos Santos.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar desejava fazer uma pequena correção ao discurso que fiz há pouco. Por lapso, referi que os presidentes das juntas de freguesia podiam exercer o seu mandato a tempo parcial nas freguesias com mais de 10 000 eleitores, desde que pudessem, através do seu próprio orçamento, suportar as respectivas despesas; porém, queria dizer 1000 em vez de 10 000 eleitores.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Queiró: quanto às questões que me colocou, lamento ter de lhe dizer que a sua pergunta só faz sentido porquanto limitou a discussão desta questão autárquica, unicamente a estes projectos de lei.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Mas são apenas estes que estão em discussão!

O Orador: — O Sr. Deputado esqueceu-se que o Partido Socialista, em tempo oportuno, apresentou na Assembleia da República um pacote autárquico que englobava não só esta questão do mandato dos presidentes das juntas de freguesia, mas também a alteração à lei das atribuições e competências e a revisão da Lei das Finanças Locais. De facto, para nós, isto é um todo coerente, do qual, obviamente, não podemos sair.

Repare: quando nós, nos nossos projectos de lei, dizemos que tem de se fazer uma verdadeira reforma da Administração Pública que caminhe no sentido de uma descentralização de poderes para os municípios e para as freguesias, é isso mesmo que queremos. Queremos descentralizar competências mas, depois, também queremos criar condições financeiras aos municípios e às freguesias e condições para que os autarcas possam exercer, com dignidade, o seu mandato, porque o que temos vindo a assistir, nestes últimos anos, é que os autarcas, principalmente os das freguesias, têm vindo a exercer o seu mandato em condições muito precárias.

Trata-se de homens que, de facto, trabalham dia e noite ... Costumo dizer que, quando um cidadão qualquer tem problemas, as primeiras portas a que bate são as do autarca e dos bombeiros e são eles, de facto, que contactam com as pessoas e que melhor conhecem os seus problemas.

Não podemos exigir a esses homens que continuem sempre a ser eles os sacrificados da Administração Pública!

Mas, Sr. Deputado, gostava de lhe dizer ainda que este estatuto de permanência vem permitir também que a própria gestão das autarquias possa melhorar, possa ser mais eficaz, porque o autarca, se tiver mais tempo, vai, com certeza, poder usar mais da sua própria criatividade para arrecadar mais receitas próprias e, dessa forma, enriquecer também o património da autarquia e, o mesmo é dizer, enriquecer o património das comunidades locais.

Quanto às declarações que o Sr. Deputado referiu e que disse serem de um presidente de junta do Partido Socialista, acredito que ele tenha tido esse desabafo, pois este governo tem-nos maltratado tanto, tanto, que ele, obviamente, não poderia ter um desabafo diferente.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Essa é boa!

O Orador: — Mas as posições do Partido Socialista, em matéria autárquica, são conhecidas e são estas que lhe referi.

Sr. Deputado Silva Marques, não deixe de ser curioso ouvi-lo aqui falar em burocracia, agora, a propósito das freguesias ... O PSD que é um partido que centralizou a Administração Pública, que se fechou no Terreiro do Paço, que é o suporte de um governo mais burocrático do que qualquer outro, vem agora aqui falar em excessos de burocracia?! Não consigo perceber, Sr. Deputado Silva Marques!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não foi nesse sentido!

O Orador: — Gostava, no entanto, de lhe dizer que, de facto, somos coerentes e a coerência do Partido Socialista, em matéria autárquica, já foi espehada na resposta que dei ao Sr. Deputado Manuel Queiró. O PSD é que não tem qualquer coerência, e desculpe-me, Sr. Deputado, que lhe diga que não cumprem, inclusivamente, com as promessas eleitorais. É que os senhores, durante a campanha eleitoral, prometeram mundos e fundos, isto é, que as autarquias iam ter mais dinheiro, que ia haver mais descentralização, que os Portugueses iam pagar menos impostos, e é o que se vê! Quando chegamos à realidade, VV. Ex., pura e simplesmente, esquecem as vossas promessas eleitorais e não as cumprem.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Isso aconteceu com o Partido Socialista quando esteve no poder!

O Orador: — Sr. Deputado, não temhemos medo de novos políticos profissionais, saibamos é ter a frontalidade de lhes dar um estatuto com um mínimo de dignidade, que é o que eles não têm tido até agora. Tenhamos essa coragem!

Aplausos do PS.

Quanto ao resto, Sr. Deputado, apenas quero rectificar aqui uma afirmação que fez: de facto, o apoio à construção de sedes de juntas de freguesia nasceu também de uma iniciativa do Partido Socialista, ainda durante o governo do bloco central, como o senhor sabe e omitiu-o aqui deliberadamente, o que é lamentável.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Casimiro Tavares.

O Sr. Casimiro Tavares (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A freguesia é hoje uma realidade jurídico-administrativa constitucionalmente reconhecida. Antes fora um agregado social e religioso, confundindo-se com a paróquia que o século passado ora admitiu ora excluiu da organização administrativa.

Elemento do concelho, «microcosmo político-cultural» — como alguém escreveu —, nunca a freguesia atin-

giu a grandeza do município, comunidade tradicional que o CDS acarinha e defende.

O certo é que a freguesia surge por vezes como a célula base de jogos políticos e talvez por isso bafejada pelo desvelo de estruturas partidárias. Mas lá está também o «homem bom», o *bonus pater familiae*, que vive de perto a realidade sócio-cultural, que sente e conhece tão bem os problemas concretos do seu «mundinho». Daí que a autarquia/freguesia deva ser preservada e autonomizada.

Mas, para vir a ser poder autêntico, ela tem de ver reforçados, e substancialmente, os meios humanos, técnicos e financeiros que lhe permitem fruir de independência face ao poder municipalista e ao poder central.

Reconhecemos e respeitamos o papel que a freguesia pretende e tem direito a desempenhar no contexto da comunidade nacional; defendemos que a eficácia da administração se realiza por uma melhor e maior aproximação do cidadão às realidades concretas da vizinhança, pois a compreensão e a colaboração tornam-se então mais fáceis; aceitamos que uma administração eficaz e comprometida é a forma de dignificar o papel do autarca na freguesia.

Reconhecemos, pois, a boa intenção dos projectos agora em análise. Simplesmente nos interrogamos se hoje os órgãos autárquicos da freguesia têm efectivamente um papel relevante na vida administrativa que lhes permita usufruir das «benesses» — passe o termo — com que os partidos subscritores pretendem mimosear os presidentes de junta.

Mas conhecemos também o desfazamento funcional, sobretudo a nível das assembleias de muitas das freguesias rurais, onde, aliás, 70 % das receitas totais são gastos em despesas correntes; sabemos das imensas dificuldades técnicas e financeiras com que operam as juntas de freguesia, procurando supri-las com o amor ao torrão numa dedicação desinteressada. E, sinceramente, de novo nos interrogamos se assim vale a pena continuar a alimentar tais estruturas e, sobretudo, a sacrificar no opróbrio da frustração tantos e tantos homens bons ...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os projectos de lei propostos à consideração desta Assembleia são — repetimo-lo — fruto da recta intenção de dignificar a freguesia através do seu presidente da junta, remunerando-o. Porém, entendemo-los como afastados das realidades actuais, senão mesmo desajustados às circunstâncias, sobretudo quando se propõem membros das juntas em regime de tempo inteiro para freguesias até 5000 eleitores, quando se pretende retribuir membros das juntas, equiparando-os a vereadores, e quando se faz recair sobre o município o pagamento, ainda que de metade, das remunerações e dos encargos com a permanência dos membros da junta.

Finalmente, parece-nos óbvio que a criação de membros em regime de permanência e a fixação das respectivas remunerações só serão aconselháveis e possíveis quando as juntas e as assembleias de freguesia forem enriquecidas com novas atribuições e competências e, consequentemente, virem reforçados os seus meios financeiros através do Orçamento do Estado. Então, sim, dar-se-á à freguesia maior autonomia e responsabilização e libertar-se-á o erário municipal de mais uma sobrecarga. Até lá, porém, teremos naturalmente de continuar a assistir à angústia das necessidades de muitas freguesias embrulhadas em atestados e recenseamentos e usanadas em campanhas eleitorais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não queremos que a freguesia seja apenas plataforma de apoios políticos, rampa de lançamento de presidentes, fólio de burocracia. Queremos, sim, que a freguesia seja o alfobre das virtudes tradicionais da boa vizinhança e o cadinho de uma administração eficaz.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves.

O Sr. Carlos Marta Gonçalves (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao longo dos últimos anos tem sido aprovado um conjunto vasto e alargado de diplomas que regulam o natural funcionamento das autarquias locais e que contribufram de uma forma decisiva para a sua afirmação e consolidação em Portugal, permitindo igualmente dar respostas positivas e concretas às solicitações, exigências e aspirações das populações locais.

O Partido Social-Democrata tem tido como principal objectivo dignificar e prestar as autarquias locais, os seus órgãos e, muito naturalmente, os seus titulares. Por isso, repito, ao longo de todos estes anos e com a progressiva institucionalização do poder local, em particular com os governos do Partido Social-Democrata e do Prof. Cavaco Silva, tem sido possível a transferência para as autarquias locais de novas atribuições e competências, de uma forma mais equilibrada, mais justa e mais adequada às necessidades locais.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Quais?!

O Orador: — Pensamos, assim, que este foi o melhor caminho para diminuir as assimetrias ainda existentes e, por outro lado, foram factores decisivos para o desenvolvimento harmonioso de Portugal.

Somos, por isso, a favor de um poder local forte, autónomo, verdadeiro e em que haja uma maior participação das populações locais.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Orçamento do Estado em vigor é aprovado maioritariamente nesta Câmara é uma prova clara e inequívoca dessa vontade e do profundo desejo de dotar as autarquias de meios financeiros adequados ao desenvolvimento das suas actividades. Reconhecemos, no entanto, que não é transferido o desejável e, sobretudo, o necessário para resolver muitas das necessidades existentes, mas há que concordar que, apesar de termos este ano um orçamento de rigor e, sobretudo, de responsabilidade e seriedade políticas, tem sido feito um esforço significativo de, ano após ano, aumentar consideravelmente os meios financeiros à disposição das autarquias locais, com a particularidade de, pela primeira vez, se procurar favorecer as autarquias com maiores dificuldades de crescimento e desenvolvimento e de menores receitas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os projectos de lei n.º 29/VI e 66/VI, respectivamente do PCP e do PS, são uma repetição das propostas apresentadas na legislatura anterior e demonstram claramente a falta de ideias e de capacidade destes dois partidos para resolver ou tentarem resolver os problemas das populações locais.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em nossa opinião, são, sem dúvida, iniciativas completamente desenquadradas de um certo equilíbrio administrativo em que as juntas de freguesia têm estado inseridas e que visam, sobretudo, anular por completo o espírito associativo, de voluntariado, de livre participação e de serviço das respectivas populações, factores que consideramos indispensáveis para a resolução de muitos problemas que afectam as comunidades locais.

Protestos do PS e do PCP.

O Sr. Rui Ávila (PS): — Olhe para as galerias!

O Orador: — Consideramos que estes dois projectos de lei estão completamente desajustados, tanto no aspecto material como no aspecto político, da tradição e da realidade do País. A regra geral terá de ser a da participação voluntária e o regime de permanência, a verificar-se, apenas deve existir em certos casos e condições e, portanto, ser uma exceção.

Pensamos, aliás — e gostaríamos aqui de elogiar e de reconhecer o trabalho de qualidade que os autarcas, ao longo dos anos, têm realizado em prol das populações —, ...

A Sr.ª Lourdes Hespanhol (PCP): — Isso é só música!

O Orador: — ... que muito do que se tem feito e realizado nas diversas comunidades locais se deve, em grande parte, ao esforço, à dedicação, ao entusiasmo, à capacidade, ao trabalho e ao conhecimento das realidades locais por parte dos eleitos locais, ...

Aplausos do PSD.

... o que prova, claramente, que o sistema em vigor tem sido eficaz e tem dado respostas positivas às aspirações e às necessidades das populações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 1987 elaborou-se nesta Câmara, por largo consenso e com base num anteprojecto do PSD, o Estatuto dos Eleitos Locais, que veio dar uma resposta extremamente positiva aos anseios e desejos dos autarcas. Este estatuto, realizado e construído de acordo com a situação e possibilidades reais do País, veio dignificar ainda mais a tarefa e a acção dos eleitos locais, melhorando os seus vencimentos, proporcionando uma maior segurança em relação ao futuro, designadamente após o termo dos seus mandatos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tal como já aconteceu na anterior legislatura, são, por isso, inoportunas as actuais iniciativas legislativas do PCP e do PS, pois, como é do conhecimento desta Câmara, foi recentemente criado um grupo de trabalho entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses para estudar e preparar um conjunto de novas transferências, de competências e, naturalmente, de meios financeiros para as autarquias locais.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Exacto!

O Orador: — Por outro lado, entendemos que estas iniciativas do PCP e do PS são perigosas e criam um precedente gravíssimo, pois existem por todo o País milhares de cidadãos que, de uma forma graciosa e com espírito de servir, se entregam à causa pública, tais como associa-

ciações humanitárias de bombeiros, clubes, associações desportivas, recreativas e culturais, instituições de solidariedade social, que iriam, muito naturalmente, interrogar-se se valeria a pena continuar esse esforço, por vezes com muita incompreensão, sem a devida compensação financeira.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Pensamo, por isso, que deverá ser deseável e conveniente que continue a prevalecer o espírito de voluntariado e o princípio da não profissionalização dos cargos autárquicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com efeito, ao generalizar a todas as juntas de freguesia com mais de 500 eleitores a possibilidade de um ou mais dos seus membros, a meio tempo ou à tempo inteiro, poderem exercer os seus cargos em regime de permanência, prevenindo, inclusive, que nas freguesias com mais de 5000 eleitores pudessem vir a exercer quatro elementos em meio tempo, como alternativa a dois a tempo inteiro, à iniciativa do PCP não pode deixar de ser uma iniciativa sem credibilidade, razoabilidade e bom senso, tendo unicamente como objectivo agradar aos eleitos locais, sem ter em conta os efeitos que essa medida iria causar.

Os projectos de lei do PCP e do PS — este mais moderado e que já sofreu uma evolução significativa em relação ao projecto de lei n.º 237/V, que apontava, na altura, para a possibilidade do regime de permanência para as freguesias entre os 500 e os 5000 eleitores — são extremamente gravosos para as possibilidades financeiras do País. Senão vejamos: os eleitos locais em regime de permanência passariam a ter direito à remuneração mensal, a dois subsídios extraordinários anuais, à segurança social, a férias, à contagem de tempo de serviço e reforma antecipada, ao subsídio de reintegração, ao uso e porte de arma de defesa e ainda às ajudas de custo e ao subsídio de transporte, ao seguro de acidentes e garantia dos direitos adquiridos.

Julgamos que é demagogia tomar uma iniciativa tão abrangente. Não porque os eleitos locais de todas as freguesias não merecessem mas porque as autarquias locais não tinham possibilidades financeiras para responder e cumprir todos estes compromissos ou, então, deixariam de fazer investimentos e obras já programadas. A juntar a estes argumentos, temos os aumentos de despesa para determinados municípios e o correlativo agravamento das assimetrias entre autarquias do mesmo nível e, sobretudo, a quase completa profissionalização dos referidos titulares das juntas de freguesias, o que nos parece de todo inaceitável.

Como já o referimos por diversas ocasiões, pensamos que só se pode avançar para uma situação desta natureza através da ponderação, conveniência e oportunidade. Nomeadamente, a inserção em diploma próprio, através da revisão do Estatuto dos Eleitos Locais e esta, após ou em simultâneo, com a aprovação de novos critérios para a participação das freguesias nas receitas municipais, mediante alteração do regime das finanças locais e também, como razão primeira, as possibilidades económicas do País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Social-Democrata, apesar de se manter fiel aos princípios atrás enunciados, que passam, sobretudo, pela participação voluntária dos cidadãos e a doação à causa pública, tem em conta a forma dinâmica como as juntas de freguesia têm desenvolvido o seu trabalho e entende que, em certos casos e

condições, os presidentes de juntas podem exercer o cargo em permanência. Esta é, aliás, a posição tomada na anterior legislatura, através do projecto de lei n.º 245/V. Entende, pois, o PSD que nas freguesias com mais de 15 000 eleitores se considera justificada a possibilidade de os presidentes de juntas poderem exercer o cargo a tempo completo ou a meio tempo, desde que a assembleia de freguesia delibere nesse sentido. Este entendimento e posição tem a ver com a especificidade das freguesias muito populosas, que, para além de uma grande sobre-carga de serviço administrativo, em muitos casos vêm desenvolvendo intensa actividade e trabalho de qualidade em áreas dos domínios social, desportivo, recreativo e cultural.

Ao contrário do PS e do PCP, o Partido Social-Democrata entende também que os encargos inerentes ao regime de permanência devem ser suportados exclusivamente pelos orçamentos das respectivas juntas de freguesia.

Entendemos, finalmente, que deverá haver uma excepção para as maiores freguesias do País, devido, repito, à sua elevada população, às múltiplas e crescentes tarefas que aquelas têm vindo a adquirir, fruto da delegação de competências dos respectivos municípios, as quais obrigam a uma maior responsabilização e disponibilidade para uma gestão eficiente e eficaz dessas autarquias, que já têm orçamentos de grande significado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD, consciente do interesse desta questão e, sobretudo, da necessidade de se encontrar um consenso alargado sobre a matéria, vai propor que estas iniciativas legislativas baixem à comissão respectiva para reapreciação em sede de generalidade, de forma a que possam ser analisadas conjuntamente com a iniciativa legislativa do PSD, logo que apresentada.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Barbosa de Melo.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Júlio Henriques, André Martins e João Amaral.

Tem a palavra o Sr. Deputado Júlio Henriques.

O Sr. Júlio Henriques (PS): — Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves, na qualidade de autarca que sou desde há longos anos, acompanho com grande apreensão e mesmo angústia o que vem sendo o comportamento do Governo e da maioria PSD, que o apoia nesta Câmara.

O Sr. Fialho Anastácio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Durante muitos dias e muitas vezes convivemos na Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente e, apesar da estima que lhe dedico, não posso deixar de lhe anotar contradições, que considero graves. É que, por um lado, V. Ex.^a referiu, logo no início da intervenção, que o PSD vem dignificando e prestigiando as autarquias locais ...

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — É verdade!

O Orador: — ... quando isso, de facto, não é verdade, porque o poder local tem sido esvaziado de poder, tem sofrido a asfixia financeira nos últimos anos, como nunca antes acontecerá.

O Sr. Fialho Anastácio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o Sr. Deputado deu numa de «música celestial». Passou ao elogio das freguesias, ao falar de grande capacidade, dedicação, amor à causa do poder local, para, logo de seguida, dizer que os projectos de lei do PS e do PCP eram desajustados, quando não mesmo usou a adjecção de perigosos, o que me parece de todo em todo inconsequente e menos correcto.

O meu cunhado Fialho Anastácio vai ainda intervir, mas, no pouco tempo de que disponho, gostaria de colocar-lhe a seguinte questão: o requerimento que apresentam de baixa dos diplomas à comissão respectiva para reapreciação antes da votação na generalidade não será para que, mais uma vez, as iniciativas legislativas fiquem no congelador?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esta é a questão fundamental.

Dado que estão em causa matérias tão importantes ao desenvolvimento do poder local em Portugal, a pergunta que também gostaria de fazer-lhe não tem a ver tão-só com os diplomas hoje em discussão mas alarga-a também àqueles diplomas que «jazem» na comissão respectiva e que o PSD não consente que voltem a Plenário para aqui serem votados na especialidade.

O Sr. Rui Ávila (PS): — Muito bem!

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Isso não é verdade!

O Orador: — Refiro-me aos projectos de lei sobre as finanças locais e sobre as novas atribuições e competências. É que o PSD, quando está em discussão esta matéria, ou chumba os diplomas no Plenário ou promove a baixa dos mesmos à comissão respectiva, para dali não mais saírem.

São estas as questões que lhe deixo, Sr. Deputado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves, a intervenção que aqui produziu hoje é, no fundo, o seguimento de várias intervenções que têm sido feitas pelo PSD sobre esta matéria. É que esta matéria relativa às competências e atribuições das freguesias tem vindo a ser discutida, pelo menos desde 1988, e o PSD tem vindo a fazer intervenções no Plenário seguindo os mesmos passos que o Sr. Deputado acaba de traçar. Certamente, nesses dias nas galerias estiveram presentes autarcas, talvez não os que aqui estão hoje mas outros, que se dedicam — como V. Ex.^a diz — à defesa do interesse e da causa pública!...

Os senhores dizem sempre a mesma coisa: «Os diplomas baixam à comissão respectiva para posterior tratamento!» Um as vezes, porque o Governo tem em preparação legislação adequada e com uma visão mais global; outras vezes, porque o PSD, como é o caso, vai apresentar uma iniciativa legislativa. E assim vamos andando!... E os autarcas, que não são autarcas porque nesta perspectiva não o são, já que não têm as mesmas condições para exercer a sua actividade e desempenhar as suas atribuições

de acordo com as competências que lhes são atribuídas, como têm outros autarcas... É assim que o PSD tem desenvolvido a sua actividade no que se refere fundamentalmente à descentralização de competências, à descentralização do Estado democrático, tal como está expresso na Constituição da República.

É esta a vossa postura, Srs. Deputados! É este o vosso procedimento! O centralismo é a vossa aposta! E depois, quando estão perante os autarcas, quando estão perante os Portugueses, lá fora, assumem-se como os grandes protagonistas da mudança! Aqui dentro dizem que é necessário manter as condições para que os Portugueses se esforcem na defesa da causa pública, à custa do seu próprio sacrifício, em desigualdade de condições no exercício dessas funções que, de facto, todos lhe exigimos e em que continuam a sacrificar-se.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado, descentralize-se e saia da CDU!

O Orador: — Sr. Deputado Silva Marques, o senhor dispõe de tempo para discutir estas questões, mas eu não!

Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves, eu e, certamente, os autarcas das freguesias esperamos que a iniciativa do PSD seja rápida e que não aconteça como no passado, em que o PSD apresentou um projecto de lei que contemplava um número mínimo de 20 000 eleitores e depois, quando o diploma desceu à comissão respectiva, em vésperas de eleições para as autarquias, acabou por apresentar uma proposta de alteração prevendo a descida do número de eleitores. E quando o projecto de lei foi agendado, o PSD retirou-o. Oxalá que não seja este, mais uma vez, o vosso procedimento!

Termino, Sr. Presidente, dizendo que votaremos favoravelmente os projectos de lei.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves, teve, na sua intervenção, uma afirmação curiosa. Acusou o PCP — e pensava que isso seria uma coisa grave — de se repetir.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Isso é verdade!

O Orador: — Agradecemos, Sr. Deputado, o elogio e orgulhamo-nos de nos repetir nesta luta pela dignificação da freguesia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Insistiremos até conseguir esse objectivo, ou seja, o de dar dignidade às freguesias, reconhecer-lhes um espaço próprio de competências, reforçar os seus meios financeiros, permitir o regime de permanência aos eleitos, para que eles possam exercer as suas funções, dar à freguesia o lugar a que tem direito no quadro das autarquias portuguesas. Lugar esse, Sr. Deputado, que lhe tem sido negado, através de legislação que, contra aquilo que seria desejável, ainda não reconheceu esse importante papel que as freguesias devem desempenhar no quadro da vida democrática em Portugal.

O que tenho de dizer ao Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves é que, infelizmente, quem se repete e disso não se pode orgulhar é o PSD. Repete-se em quê? Em obs-

truir, mais uma vez, a aprovação de uma medida como esta, que representaria um claro progresso na reforma legislativa necessária que dê à freguesia o seu devido papel. Dirá o Sr. Deputado que isto é apenas um aspecto daquilo que é necessário, que é preciso muito mais, que é preciso ver este problema de uma forma integrada. Estamos de acordo, Srs. Deputados, em que é necessário ver o conjunto da legislação que se aplica às freguesias de forma integrada, mas também é preciso começar por algum lado. Se o que neste momento está proposto é começar pelo regime de permanência, pois que se dê esse sinal, que se comece pelo regime de permanência e que não se faça aquilo que o PSD agora anunciou, ou seja, mais uma vez mandar para o congelador, como fez em 1988, as iniciativas agora em debate e que em sede de especialidade mereceriam o devido acolhimento até se encontrar uma solução adequada.

O que os Srs. Deputados se propõem fazer é uma coisa diferente, da qual temos experiência: Os Srs. Deputados não querem uma aprovação na generalidade que aqui representasse um compromisso da Assembleia no avanço deste processo. Querem, sim, mandar para a comissão, sem votação, estes diplomas, para que depois se passe um mês, um ano ou mais uma legislatura sem se dar solução a este problema.

O Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves fez o elogio do voluntariado. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que é de fazer esse elogio, mas também de lhe dizer que esse voluntariado não é «voluntário». É um voluntariado à força, ...

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — ... porque os senhores não dão às freguesias que o querem a possibilidade de terem o respectivo presidente em regime de permanência. Esta é que é a verdade: os Srs. Deputados querem impedir dessa forma a afirmação plena da função e da dignidade da freguesia.

Há, todavia, uma questão que os Srs. Deputados não conseguem resolver. Podem andar aqui com esta conversa, distrair um pouco, como aqui foi feito, e tentar meter estas iniciativas no congelador, mas há uma coisa que os Srs. Deputados não conseguem calar: a voz própria das freguesias e dos seus eleitos e a crescente afirmação que eles têm feito de uma vontade própria, a afirmação da sua actividade e do facto de terem um papel cada vez mais relevante na satisfação dos interesses das populações. Primeiro do que tudo, o que aqui está em questão é a satisfação dos interesses das populações, que os senhores, com a sua obstrução, mais uma vez negam. É isso que condena o PSD neste debate.

Aplausos do PCP, do Deputado do PS Rui Ávila e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves.

O Sr. Carlos Marta Gonçalves (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Responderei o mais brevemente possível às questões que me foram colocadas, até por já não dispor de muito tempo disponível.

Quer o Sr. Deputado João Amaral quer o Sr. Deputado André Martins não me colocaram, praticamente, quaisquer questões. Apenas adiantaram mais alguns esclarecimentos e fizeram, sobretudo, uma nova repetição do que já tinham dito em anteriores tomadas de posição.

O Sr. João Amaral (PCP). — O Sr. Deputado parece que está a fazer outra!

O Orador: — Ao Sr. Deputado Júlio Henriques gostaria de transmitir os meus respeitosos cumprimentos e dizer que não há dúvidas para ninguém de que os governos sustentados pelo PSD, fundamentalmente os presididos pelo Prof. Cavaco Silva, são aqueles que mais têm contribuído para a autonomia e a descentralização, sobretudo dando cada vez mais meios, nomeadamente financeiros, ao poder local, para este poder resolver os seus problemas.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS) — Já cá faltava essa!

O Orador: — Penso que ninguém tem dúvidas disso. Se assim não fosse, o PSD não teria ganho, com maioria absoluta, as eleições de Outubro.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente: — Para exercer o direito de defesa da honra e consideração, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves, quero exercer o direito de defesa da minha bancada tendo em consideração o seguinte: o Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves poderia não ser, politicamente falando, levado a sério, mas entendo que é mais honroso para o Sr. Deputado ser politicamente levado a sério. Foi por isso que pedi a palavra para exercer essa figura regimental.

O Sr. Deputado aproveitou a sua intervenção não para qualificar o mérito, maior ou menor, das intervenções em apreço, mas para julgar dessas iniciativas, dizendo que elas são inopportunas e perigosas e que criariam graves precedentes para o País. Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves uma coisa é o seu partido não ter ideias sobre temas fundamentais para o País, não ter uma ideia para a regionalização, não ter uma ideia para o reforço das atribuições e competências dos municípios, não ter uma ideia para a reforma do regime das finanças locais, não ter uma ideia para o regime das empresas no âmbito autárquico, não ter uma ideia para o papel da ANAIRE no que diz respeito à representação das freguesias, não ter uma ideia para o regime de descentralização dos municípios para as freguesias e, finalmente, não ter uma ideia consequente para o regime de permanência dos autarcas de freguesia.

O Sr. Manuel Moreira (PSD) — Temos uma ideia para tudo isso, mas é diferente da do PS!

O Orador: — Mas o facto de o seu partido não ter uma ideia consequente sobre temas fundamentais para a modernização da Administração Pública Portuguesa e para o próprio desenvolvimento equilibrado do País não o habilita a vir dizer que as iniciativas de terceiros são iniciativas perigosas, criando gravíssimos precedentes.

A sua justificação foi de dois tipos:

A sua primeira justificação foi a de que o regime de permanência poderia afectar o voluntariado em regime associativo. Desde logo o Sr. Deputado confundiu duas realidades completamente diferentes: o associativismo voluntário e as freguesias como base na Administração Pública Portuguesa.

Aplausos do PS e do Deputado independente Mário Tomé

Essa confusão faz com que, justamente, os senhores se coloquem na situação de não serem capazes de ter uma ideia consequente para a modernização da nossa Administração Pública.

A outra justificação que deu foi a de que estaria criado um grupo de trabalho entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, sem como se vnu, participação da ANAIRE, para apurar das reformas a fazer no capítulo autárquico. Sabemos Sr. Deputado, ao que se refere à declaração aqui feita pelo Sr. Ministro das Finanças de que em 30 dias iria fazer a reforma da descentralização de competências para os municípios.

O Sr. Manuel Moreira (PSD) — E de quem é a culpa?

Vozes do PS: — Do Governo!

O Orador: — Sr. Deputado vão passados 60 dias e ainda não há uma única ideia consequente do Governo em matéria de descentralização de competências.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — o que quer dizer que a incapacidade política do PSD é a própria incapacidade política do Governo. Mais uma vez, se alguma coisa há de perigoso e o vazio estratégico completo em que os senhores têm o poder local no nosso país.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador: — Terminei referindo que não concordamos mas aceitamos, com que os senhores tomem a iniciativa de requerer a baixa destes diplomas à respectiva comissão. Mas fica aqui o desafio político: têm 30 dias para provar o que valem. Se o não fizerem, viremos aqui lembrar-vos de que mais uma vez estiveram a enganar todos os autarcas portugueses.

Aplausos do PS

Protestos do PSD

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Marta Gonçalves.

O Sr. Carlos Marta Gonçalves (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lacão quero desde já transmitir que não ofendi nem a honra nem a consideração da bancada do Partido Socialista.

Julgo que o Sr. Deputado Jorge Lacão veio aqui mais uma vez repetir argumentos que já havia utilizado em anteriores debates. Veio tentar fazer o número para a televisão — não sei se a televisão está a filmar — mas penso que não — e, sobretudo, repetir a conferência de imprensa que tanto quanto sei, deu há dois ou três dias.

Agradeço-lhe que me tenha levado a sério, porque efectivamente essa era a sua obrigação.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito gostaria de fazer uma pequena correção a uma observação que há pouco foi feita. Um dos

Srs. Deputados, ao usar da palavra, deixou um pouco no ar a ideia de que a Assembleia da República não participaria nas comemorações do 25 de Abril o que não é exacto.

Quero precisamente recordar-vos, de acordo com o que por todos nós foi sufragado com o Sr. Presidente da República, o dever que tendes de estar presentes no local indicado, no dia 25 de Abril. As comemorações do 25 de Abril são realizadas pela Assembleia da República e pelo Sr. Presidente da República. Acontece é que, ao contrário do que tem sido prática, não irão ter lugar nesta Sala. Mas a Assembleia estará presente e participará, obviamente, nessas comemorações. Na próxima quinta-feira, aliás será distribuído aos Srs. Deputados o programa programado das comemorações, com a indicação do local onde deverão apresentar-se para participar nesse evento, que também é atributo desta Casa.

Quero, por outro lado, emendar um erro da Mesa cometido no *Boletim Informativo* hoje distribuído, no qual se diz que a conferência dos representantes dos grupos parlamentares reunir-se-á amanhã, às 15 horas e 30 minutos. Acontece, todavia, que, conforme combinado tal reunião acontecerá às 10 horas e não, como por lapso se indicou, às 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP). — Peço a palavra Sr. Presidente, para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra Sr. Deputado.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP). — Sr. Presidente, salvo o devido respeito e melhor entendimento à intervenção de V. Ex.ª refere-se de certa forma à declaração política que fiz em relação às comemorações do 25 de Abril.

Para que dela não haja qualquer interpretação mais ou menos distorcida, será significativo citar a parte da minha intervenção em que afirmei que o Plenário da Assembleia da República não comemora a sessão solene do 25 de Abril. Apesar de excepcionalmente, como se diz na parte final da minha intervenção, o Plenário não comemorar o 18.º aniversário da revolução libertadora, é bom saber que — estou de acordo com o Sr. Presidente — a Assembleia da República não comemora fora o 25 de Abril. Mas a referência que fiz respeitava, fundamentalmente, ao Plenário e à sessão comemorativa.

O Sr. Presidente: — Agradeço-lhe, Sr. Deputado, o esclarecimento que acaba de prestar e que clarificou a questão.

Retomamos então a ordem de trabalhos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN). — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Desejo começar esta minha justamente curta intervenção com uma declaração, precisamente porque a junta de freguesia é, para o PSN, a unidade-base fundamental da vida da Nação e não apenas do sistema administrativo, tudo o que vá no sentido da afirmação e dignificação deste designio nacional de primeira magnitude merece o aplauso do meu partido. E é neste sentido que, indubitavelmente, parecem apontar os projectos de lei do PCP e do PS. Apontam nesse sentido material porque

acerca da motivação política que os anima, não me cabe julgar, enquanto esta minha posição de princípio não me impeça de registar a coincidência temporal da proximidade das eleições autárquicas. Mas o meu partido entende que a nobreza dos objectivos não pode estar a ser sistematicamente prejudicada pela eventual pequenez das motivações dos seus promotores.

Se esta não for considerada a melhor altura, por estarmos perto das eleições autárquicas, outra altura imprópria e inadequada será, por umas quaisquer outras eleições, que as haverá até ao fim do século de forma praticamente ininterrupta!

É justamente porque se avizinharam as eleições autárquicas que este problema assume particular acuidade e pertinência, para que das melhorias introduzidas possam beneficiar os novos eleitos. E, neste caso, creio que o mérito e os dividendos políticos a colher em resultado da introdução das significativas medidas ora preconizadas hão-de ser creditados e, na prática, beneficiar não apenas os partidos da iniciativa mas também aqueles que, patrioticamente se dispuseram a facilitar a sua aprovação.

Temos que acabar com a mentalidade algo provinciana do alívio aplicado, colocando o bem comum acima da *performance* pessoal ou partidária. A maneira mais eficaz de evitá-lo é mergulho festivo de Portugal, velho de uma história de oito séculos, no lago de águas tépidas e paradas de uma Europa acinzentada pela violência da uniformização e dar vigor e meio de auto-recomposição cívica, financeira e cultural às juntas de freguesia. São esses núcleos comunitários as nascentes inegociáveis da verdadeira alma portuguesa.

E por isso também que eu não quisera deixar passar esta oportunidade sem denunciar a desvalorização semântica da expressão «poder local», não só tomada em oposição à expressão «poder central» mas, sobretudo, enquanto reveladora de uma aceção menor do poder representativo. Para nós não há «poder central» nem «poder local» — há «poder», que, por ser poder, não pode ser impotente.

A verdadeira descentralização, mais do que decretar, sabe-se já com que critérios umas tantas regiões administrativas, deverá consistir na verdadeira funcionalização do poder autárquico, enquanto expressão actuante do verdadeiro poder representativo.

E, pois, por tudo isto que o PSN considera que os dois projectos de lei podem ter virtualidades que a prudência política e as disponibilidades do Fundo de Equilíbrio Financeiro poderão temperar, mas que não deverão deixar de merecer o empenho desta Câmara. O PSN, por seu lado, preconiza a sua apreciação na especialidade e a sua eventual complementarização como via para uma lei que realce e realinne a insubstituível função nacional da junta de freguesia.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, aliás breve, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.). — Esta brevidade não é circunstancial, é permanentemente! Mas obrigado por tê-lo dito!

Sr. Presidente Srs. Deputados. Do alto do seu império, o Governo olha com indissociável desconfiança os homens e mulheres que, nas freguesias, se sacrificam com empenho e dedicação munidos do mandato democrático, tão

democrático e sólido como os dos deputados da Assembleia da República. Porque a sua prática concreta é uma ameaça à tendência centralizadora, governamentalista e autoritária de Cavaco Silva!

Se, cercados das atribuições competentes e falhos dos apoios necessários, eles marcam a vida democrática do nosso país de forma indelével e duradoura e assumem sem rebuço a vontade das populações que representam, como não seria se tivessem reais apoios e o investimento nas responsabilidades que detêm na prática mas lhes negam na letra?

São os homens e as mulheres das freguesias que se confrontam no dia-a-dia com os mais simples e os mais complicados problemas do País. Para eles não há colchão pneumático, não há diferimento, não há dilação. As questões aqui estão, de chofre, em toda a sua crua nudez a exigir a resolução. É nas freguesias que pulsa sem disfarces a vida concreta do País. É nas freguesias que eles são ou não resolvidos.

Os projectos de lei do PS e do PCP em apreço avançam dois importantes pontos na satisfação das reivindicações da ANAFRE: o regime de permanência e as remunerações ou compensações financeiras dignas não são algo de secundário. Elas são uma garantia determinante da vida democrática do nosso país.

Há que lamentar, a propósito, a falta de reconhecimento da Associação Nacional de Freguesias pelo Governo.

Em homenagem à ANAFRE, termino enunciando as suas principais e justas reivindicações, hoje distribuídas aos Deputados: afectação directa e aumento das transferências do FEF; transferência para as freguesias de parte substancial das receitas de publicidade; regime de permanência a tempo inteiro ou parcial; remuneração ou compensação financeira dignas para os eleitos das freguesias; apoio financeiro à construção de sedes próprias das juntas de freguesia; conferir à ANAFRE o estatuto de pessoa colectiva de direito público.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, também breve, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para aqueles que tenham falhas de memória, afi está o preâmbulo do projecto de lei n.º 29/VI, do PCP, a recordar que «já passaram quase cinco anos» desde a apresentação do primeiro projecto de lei do PCP sobre o exercício do mandato dos membros das juntas de freguesia em regime de permanência. E, cinco anos volvidos, tanto o PCP como o PS apresentam novos projectos de lei sobre o que é não só uma aspiração dos autarcas das juntas de freguesia como da respectiva associação (ANAFRE), hoje aqui presentes e a quem significamos o nosso apoio e a nossa solidariedade.

Mas, curiosamente, não há força política que, nos seus discursos e no papel, não só não exalte a sua identificação com o poder local, como não deixe de se afirmar seu fervoroso defensor. Como explicar então que cinco anos não tenham chegado para concretizar uma iniciativa legislativa que faz justiça aos membros dos órgãos do poder local que são as juntas de freguesia?

A chave deste mistério chama-se maioria parlamentar PSD/Cavaco Silva.

Será desta vez que a maioria não inviabiliza estas iniciativas legislativas? Espere-se para ver! E, afinal, não

foi preciso esperar muito: às 18 horas e 45 minutos entrava na Mesa o requerimento do PSD para a «morte adiada» dos dois projectos de lei!

Pela nossa parte, pela «Intervenção Democrática — ID», votaremos favoravelmente os dois projectos de lei, embora considerando mais positivo, por ser mais abrangente, o projecto n.º 29/VI, do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fialho Anastácio.

O Sr. Fialho Anastácio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A dedicação e voluntariedade dos autarcas das freguesias ao serviço do bem público, na constante defesa dos direitos das populações e da democracia, não sofre certamente contestação por ninguém de boa-fé. Também não sofrerá contestação reconhecermos que o caminho trilhado por estes salda-se positivamente pelo profuso trabalho, infelizmente algumas vezes pouco reconhecido e noutras ocasiões aproveitado indevidamente por outros, como se o mérito lhes pertencesse.

Contudo, na procura constante da satisfação dos seus objectivos, haverá necessidade de se revigorar o seu estatuto e adaptá-lo às realidades de hoje, de forma a que a valorização que, por mérito próprio, lhes é justo atribuir, melhor os dignifique, dando-lhes oportunidade de, sem lhes retirar o espírito da voluntariedade, exercerem os seus cargos com carácter de maior assiduidade, maior equilíbrio e de justa compensação por essa mesma dedicação de servir a comunidade, como se contempla nos projectos de diploma do Partido Socialista, já apresentados sobre esta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na publicação da Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, *A Imagem das Autarquias Locais*, constata-se que a eficácia das juntas de freguesia é reconhecida pela grande maioria da população portuguesa, pois cerca de 60 % dos inquiridos o testemunham. Igualmente, os portugueses reconhecem em larga percentagem, cerca de 50 %, da necessidade do aumento de poderes da junta de freguesia, como é citado na referida publicação.

Sendo as freguesias uma autarquia local, teremos de proporcionar-lhes outros protagonismos, motivando-as a uma maior intervenção na resolução dos problemas que atingem as populações paroquiais e municipais, como verdadeiros paladinos na defesa dos interesses próprios comuns e específicos das suas gentes. Para esse efeito, além dos instrumentos e meios económico-financeiros reforçados, é imprescindível a clarificação de funções e competências em relação aos municípios.

Geram-se por vezes alguns conflitos desnecessários entre autarcas do município e da freguesia, pela falta desta clarificação. As delegações de competências das câmaras municipais para as juntas de freguesia, como estipula a legislação vigente, é uma prática seguida, onde terá de imperar o bom senso de ambas as partes, de modo a evitar-se a conflitualidade de nulo proveito para aqueles que aguardam dos eleitos o respeito pelos seus direitos.

As transferências dos meios financeiros do Orçamento de Estado, designadamente do FEF, através das câmaras é crucial terminar, devendo estes serem directamente recebidos do Estado pelas juntas de freguesia, sem intervenção de intermediários, como se verifica actualmente, e que, além do atestado de menoridade que

se passa a estas, é igualmente pólo de conflitos entre as autarquias. Resolução fácil de tomar, aliás como o PS já preconizou no seu projecto de lei n.º 69/VI, da nova lei das finanças locais, apresentada nesta Assembleia em 17 de Março do corrente ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Saberemos todos nós entender que o desejo legítimo das freguesias em procurar um maior protagonismo nas suas áreas territoriais advém da consciencialização dos seus representantes em tentarem cumprir da melhor forma as tarefas que lhes estão atribuídas?

Saberemos todos nós utilizar a imparcialidade na apreciação dos propósitos que os animam, dado que muitas das funções que lhe poderão ser atribuídas com o arescimento de meios financeiros permitirão mobilizar as suas populações na realização de obras de interesse local que, de outra forma, acarretarão grandes e graves dificuldades em se solucionar?

São estes desafios, que nos são colocados pelos eleitos das freguesias, que deverão merecer de nós a sapiência e o trato que a dignificação dos seus cargos bem merece que nós respondamos afirmativamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Numa democracia onde a pluralidade é ideário a seguir, onde um dos pilares que lhe serve de apoio é o poder local, será, certamente também, através dos representantes do povo português neste órgão de soberania que temos a obrigação de saber prestar o acolhimento das petições justas que as associações do poder local, como a ANAFRE e a ANMP, nos colocarem. Só assim estaremos a cumprir, como eles, as nossas obrigações para com quem nos elege.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado Fialho Anastácio, já sabemos tudo o que de mal pensa do Governo. Pergunto: o que é que pensa dos municípios, muitos deles socialistas, que não cumprem a lei, transferindo as verbas a que estão obrigados para as freguesias e, inclusivamente, utilizando o instrumento da delegação?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Fialho Anastácio.

O Sr. Fialho Anastácio (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Silva Marques, julgo que se enganou ao fazer a pergunta! Com certeza, devia estar a pensar nos autarcas do PSD, designadamente nos presidentes de câmara, que, normalmente, não cumprem — infelizmente! — aquilo que referiu na sua intervenção. Pela parte do PS, de uma maneira geral, posso dizer que têm cumprido criteriosamente e com muito respeito nas juntas de freguesia.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encerrado o debate dos projectos de lei n.º 29/VI (PCP) e 66/VI (PS), informo que deu entrada na Mesa um requerimento, subscrito por Deputados do PSD, solicitando, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a baixa à Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente dos

projectos de lei n.º 29/VI e 66/VI antes da votação na generalidade, para melhor apreciação, pelo prazo de 60 dias.

Vamos passar à sua votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e as abstenções do PS, do PCP, do CDS, de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro.

Srs. Deputados, a próxima reunião realiza-se quinta-feira, dia 23, às 15 horas, com período de antes da ordem do dia e do período da ordem do dia constará a discussão conjunta das propostas de lei n.º 18/VI e 19/VI (ARA).

Está encerrada a sessão

Eram 19 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Correia Vairinhos.
António José da Mota Veiga.
António Maria Pereira.
Carlos Oliveira da Silva.
Fernando Correia Alonso.
Guilherme Rodrigues Silva.
Joaquim Eduardo Gomes.
Jorge Paulo Roque da Cunha.
José Ângelo Correia.
José Bernardo Falcão Cunha.
Marília Dulce Pires Morgado.
Pedro e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Passos Coelho.
Rui Alberto Limpo Salvada.

Partido Socialista (PS):

Alberto Manuel Avelino.
Carlos Manuel Costa Candal.
João Ferraz de Abreu.
José Gameiro dos Santos.
José Manuel Lello Almeida.
José Rebelo dos Reis Lamego.

Partido Comunista Português (PCP):

João Gonçalves do Amaral.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Ana Paula Matos Barros.
Ema Maria Lóia Paulista.
João de Oliveira Martins.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Costa Andrade.
Manuel Lima Amorim.
Rui Carlos Alvarez Carp.

Partido Socialistas (PS):
António Crisóstomo Teixeira.
António Domingues Azevedo.
António Poppe Lopes Cardoso.
Artur Pereira dos Penedos.
Carlos Cardoso Lage.
Eduardo Ferro Rodrigues.
Fernando Manuel Costa.
José Barbosa Mota.
José Manuel Magalhães.
José Rodrigues dos Penedos.

Manuel António dos Santos.
Rogério Conceição Martins.

Partido Comunista Português (PCP):
Luís Carlos Martins Peixoto.

Centro Democrático Social (CDS):
José Luís Nogueira de Brito.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$ + IVA; preço por linha de anúncio, 178\$ + IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 239\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex